



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM  
LÍNGUA PORTUGUESA**

**JÉSSICA DA SILVA NASCIMENTO**

**REPRESENTAÇÃO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM *A LUNETTA MÁGICA* E *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO***

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2019**

JÉSSICA DA SILVA NASCIMENTO

**REPRESENTAÇÃO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM *A LUNETTA MÁGICA* E *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*.**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em letras com habilitação em língua portuguesa.

**Área de concentração:** Estudos socioculturais pela literatura.

**Orientadora:** Profa. Dra. Kalina Naro Guimarães.

**CAMPINA GRANDE  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244r Nascimento, Jéssica da Silva.  
Representação da privação de liberdade em A luneta mágica e Admirável mundo novo [manuscrito] / Jessica da Silva Nascimento. - 2019.  
59 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Kalina Naro Guimarães ,  
Coordenação do Curso de Letras - CEDUC."  
1. Análise literária . 2. Liberdade. 3. Condicionamento do indivíduo. 4. Controle social. 5. Poder. I. Título  
21. ed. CDD 801.95

JÉSSICA DA SILVA NASCIMENTO

REPRESENTAÇÃO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM A  
LUNETAS MÁGICA E ADMIRÁVEL MUNDO NOVO.

Trabalho de Conclusão de Curso  
(monografia) apresentado ao  
Departamento de Letras e Artes da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de licenciatura em letras com  
habilitação em língua portuguesa.

**Área de concentração:** Estudos  
socioculturais pela literatura.

Aprovada em: 19/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Kalina Nara Guimarães (10,0)  
Profa. Dra. Kalina Nara Guimarães (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Lúcia Maria de Souza Neves 10,0  
Profa. Dra. Ana Lúcia Maria de Souza Neves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Edson Tavares Costa 10,0  
Prof. Dr. Edson Tavares Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força e discernimento para conseguir chegar ao fim dessa jornada.

À minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos.

Aos meus pais, João e Simone, que sempre estiveram ao meu lado. Ao meu pai por me incentivar a pensar criticamente em todas as situações e à minha mãe por todo carinho e dedicação sempre prestados, por estar ao meu lado em todas as batalhas e vitórias, por me incentivar a ler desde criança e me estimular a seguir meus sonhos.

À minha irmã, Renata, por sempre se manter ao meu lado e, juntamente ao meu cunhado, Felipe, me prestarem assistência sempre que necessário, inclusive me dando abrigo quando precisava.

Ao meu irmão, João Victor, por me dar motivos para ser sempre melhor e, mesmo sem saber, me fortalecer com seu abraço.

Ao meu namorado, André, por tamanha dedicação. Por me auxiliar em todos os momentos durante essa graduação, desde que estamos juntos, acompanhar toda a realização desse trabalho, lendo e dando sugestões sobre todas as versões e aguentando todas as minhas crises no processo. Por ouvir minhas inúmeras ideias e sempre discuti-las comigo. Por estar ao meu lado em todos os momentos, me mostrando que toda fase ruim tem um fim e comemorando quando os momentos bons chegavam. Seu companheirismo, apoio e carinho foram de extrema importância para mim e deram mais alegrias ao meu cotidiano.

Às minhas amigas Andreia, Monique, Estela, Fátima e Samara, meu Clube das Lulus, por estarem sempre ao meu lado, compartilhando as alegrias e tristezas do curso de Letras. Mesmo que não tenham passado toda a graduação comigo, se fizeram presentes, ainda que virtualmente, me incentivando sempre a ir em frente. São realmente um presente que a faculdade me deu e que vou levar infinitamente.

À minha amiga Camila, que desde o ensino básico está comigo, dividindo momentos bons e ruins e agora sempre refletindo sobre a vida universitária.

A todos os colegas de curso, que estiveram presentes nessa jornada, especialmente Railma, Morgana, Fernanda e Jeniffer, que compartilharam as experiências de intervenção dos estágios comigo e sem as quais não teriam sido as mesmas.

A todos os funcionários e professores, que tanto me ensinaram durante esses anos. Especialmente a Antônio de Pádua, com quem aprendi melhor a analisar criticamente obras literárias. A Ana Lúcia, que me fez enxergar ainda mais meu amor à literatura, ao ver sua dedicação a ela. A Edson Tavares, por suas aulas enriquecedoras, das quais nasceu a ideia desse trabalho.

À professora Kalina Naro, que aceitou me orientar nesse trabalho e sem a qual ele não seria o mesmo. Obrigada pela dedicação e paciência.

Agradeço por, em meio a uma sociedade cada vez mais opressiva, que desvaloriza professores e desqualifica a literatura, me manterem sempre de pé. Sem vocês não teria conseguido metade do que alcancei.

“Então me enterre no oceano com meus ancestrais, que pularam de navios pois sabiam que a morte era melhor do que a escravidão” (Erik Killmonger, filme *Pantera Negra*)

## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo principal analisar como é representada a privação de liberdade nas obras *A Luneta Mágica* (2012), de Joaquim Manuel de Macedo, e *Admirável Mundo Novo* (2014), de Aldous Huxley, observando quais mecanismos são utilizados para a coerção dos indivíduos. Para isso, analisamos como eram as sociedades representadas nas obras, bem como de que forma alguns personagens de cada narrativa se relacionavam com o meio social. Utilizamos como principal aparato teórico Foucault (2014a; 2014b) que apresenta os diversos mecanismos de condicionamento dos indivíduos, bem como Kant (1985), que introduz o conceito de *menoridade*, Rousseau (2013), a partir de sua concepção de *contrato social*, e Bauman (1998; 2001), como base para reflexões sobre a vontade individual de ser livre e o conceito de *anulação dos estranhos*. Ao término do trabalho, concluímos que nas duas narrativas há uma privação da liberdade dos indivíduos, de forma a tentar moldá-los de acordo com os padrões vigentes. Entretanto, na obra de Macedo há uma busca da liberdade através da razão, proveniente das ideias do Iluminismo, enquanto na obra de Huxley há uma desilusão em relação à busca da liberdade, por conta do descrédito em relação a esta, proveniente da iminência totalitária do período em que foi escrita a obra.

**Palavras-chave:** Liberdade. Poder. Controle social. Condicionamento.



## ABSTRACT

This work has as main goal to analyse how the deprivation of freedom in the works *A luneta mágica* (2012), by Joaquim Manuel de Macedo, and *Brave New world* (2014), by Aldous Huxley, noticing which mechanisms are used to control the individuals. For this purpose, we analyse how societies are represented in the works, as well as the way some characters from the novels interact with their social environments. We use as the main basis the works of Foucault (2014a; 2014b) that discusses the different *disciplinary mechanisms*, as well as Kant (1985), which introduces the concept of *minority*, Rousseau (2013), and his concept of *social contract*, and Bauman (1998; 2001), as the basis for the discussion about the individual's wish of freedom and the idea of *annihilation of strangers*. By the end of the work, we conclude that in both novels there is deprivation of the character's freedom, in order to try to shape them accordingly to the society's current patterns. However, in Macedo's work there is the search for freedom through reason, influenced by the ideas of the enlightenment, while in the work of Huxley there's the delusion related to this search, due to the disbelief, that comes from the totalitarian imminence of the time the work was written.

**Keywords:** Freedom. Power. Social Control. Conditioning.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: .....	9
2. OS LIMITES DA LIBERDADE: PERCURSOS TEÓRICOS .....	11
3. A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE EM <i>A LUNETAS MÁGICA</i> , DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E <i>ADMIRÁVEL MUNDO NOVO</i> , DE ALDOUS HUXLEY...26	26
3.1. AS LUNETAS E OS EXTREMOS: A BUSCA PELA LIBERDADE EM <i>A LUNETAS MÁGICA</i> .....	26
3.2. MECANISMOS DE CONTROLE E ESTABILIDADE SOCIAL: PRIVAÇÃO DA LIBERDADE EM <i>ADMIRÁVEL MUNDO NOVO</i> .....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	57

## 1. INTRODUÇÃO:

A discussão sobre o tema da liberdade não começou na atualidade. Desde as primeiras discussões filosóficas e sociológicas, pensa-se sobre o que é e como chegar à liberdade. A partir dos estudos pós-estruturalistas, começou-se também a observar, de um ponto de vista sociocultural e discursivo, o que nos impede de ser totalmente livres, percebendo quais os mecanismos coercitivos são produzidos e postos em ação para cercear nossa liberdade.

Atualmente, percebemos que, constantemente, sentimos certa sensação de liberdade que nem sempre corresponde à realidade, pois o controle social é feito de forma que não o percebamos. Além disso, por vezes, diante do costume de estar sempre sob domínio de outros, acabamos por não nos sentir prontos para a plena liberdade, pois esta traz responsabilidades de gerir a si, fazer escolhas e arcar com as consequências destas, o que constantemente causa angústia. Este é um processo criado intencionalmente por aqueles que detém o poder, justamente para que tenhamos medo de buscar a liberdade. Podemos observar, assim, que tais mecanismos de controle são provenientes de um jogo de poder (FOUCAULT, 2014b), no qual quem o detém, em um certo tempo-espaço, tenta controlar os subordinados.

Nem sempre se pensou a liberdade e sua privação da mesma forma, bem como nunca se chegou a um consenso sobre ela. Na época do Iluminismo, por exemplo, como veremos, o caminho da liberdade estava no uso da razão e centrada no indivíduo, pensamento que foi reformulado quando as promessas dessa época não se concretizaram.

Essas mudanças vão sendo refletidas nas produções literárias mostrando os deslocamentos sobre a representação da liberdade e sua privação através das narrativas. Nesse contexto, nosso trabalho tem o objetivo de observar as obras *A Luneta Mágica*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley analisando como o tema da liberdade era pensado em dois lugares e momentos distintos, bem como por autores tão diferentes. Analisamos, dessa forma, como foi representada, nessas duas obras, a privação da liberdade, através da relação entre as tentativas de liberdade dos personagens em confronto com a sociedade que lhes oprime, relacionando ao contexto de produção dos dois livros.

Essas obras, apesar de não terem sido escritas na contemporaneidade, são importantes para a compreensão do presente. Vivemos um momento no Brasil em que o espaço de liberdade está se estreitando, tendo em vista governantes que têm visível desrespeito ao que é considerado fora do padrão, com a consequente repressão à diferença. Assim, é necessário analisar como foi pensada no passado a liberdade para refletir melhor sobre nosso presente e futuro.

Dessa forma, iniciamos nosso trabalho com um panorama teórico sobre a liberdade, observando as abordagens sobre o tema, num viés histórico. Comentamos, então, sobre as teorias que buscam um caminho para a liberdade e na sequência observamos a teoria de autores que analisam os mecanismos que privam a nossa liberdade e com qual intenção isso acontece, como Sartre (1970), Chauí (2010), Kant (1985), Rousseau (2013), Foucault (2014a, 2014b) e Bauman (1998, 2001).

Na sequência, iniciamos nossa análise com a obra *A Luneta Mágica*, contextualizando em que momento ela foi escrita e relacionando como é representada a sociedade e seu embate com o personagem Simplício, que está sempre em busca da liberdade. Em seguida, analisamos a obra *Admirável Mundo Novo*, observando o contexto de eminência totalitária em que estava inserido este romance, bem como o porquê de ser escrito em forma de distopia. A partir disso, analisamos como se constitui a sociedade representada e como esta entra em conflito com seus cidadãos, principalmente Bernard Marx e John.

Por fim, fizemos uma breve comparação entre as duas obras, observando que uma pode ser considerada uma utopia enquanto outra é uma distopia. Além disso, retomamos seus contextos históricos, comparando-os com foco na representação da liberdade, percebendo a influência deles na constituição das duas obras.

## 2. OS LIMITES DA LIBERDADE: PERCURSOS TEÓRICOS

Entender a liberdade e reconhecer-se livre sempre foi uma necessidade humana, por este motivo a liberdade é um tema recorrente em diversas discussões ao longo da história. Estamos sempre em busca de compreender até que ponto nossas ações são livres, pois sabemos que todos sofremos diversas influências durante a vida como diferentes ideologias, pontos de vistas, aspectos culturais e sociais que acabam por, se não determinar, ao menos influenciar nossa personalidade e as ações que tomamos. Diante disso, faz-se necessário entender até que ponto estes condicionantes interferem em nossas vidas.

Ao buscarmos no dicionário, podemos encontrar a seguinte definição de liberdade: “li.ber.da.de *sf* 1. Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação. 2. Estado ou condição de homem livre. 3. Confiança, intimidade (às vezes abusiva).” (FERREIRA, 2008, p. 515). Tal definição não responde aos questionamentos citados acima, além de suscitar outras questões como por exemplo de que forma sabemos que estamos decidindo segundo a própria determinação? Seria possível decidirmos por influência de outros? Como podemos perceber se existem e quais as coerções presentes sobre o sujeito? Somos realmente livres?

A partir desses e diversos outros questionamentos foram conduzidas inúmeras teorias e pensamentos, em busca de respondê-las, clareá-las ou simplesmente discuti-las, muitas vezes fazendo surgir ainda mais questões. Percebe-se, desta feita, que essa é uma discussão, além de universal, de origem antiga. Filósofos e pensadores de diversas épocas e lugares estudaram a liberdade, sem que, necessariamente, chegassem a um consenso, pois

Teorias filosóficas e políticas, de todos os tempos, tentaram definir liberdade quanto às determinações de tipo biológico, psicológico, econômico, social dentre outros. As concepções sobre essas determinações, nas diversas culturas e épocas históricas, tornam difícil definir com precisão a ideia de liberdade de uma forma generalizada (QUEIROZ, 2011, p.2).

Diante disso, Chauí (2010) traça um panorama das principais linhas de pensamento sobre a liberdade ao longo do tempo, bem como seus principais representantes.

A primeira linha apresentada pela autora é a de Aristóteles, desenvolvida em sua obra *Ética a Nicômaco*, para o qual a liberdade seria o ato de decidir entre alternativas possíveis. Para ele, a liberdade seria incondicionada, não encontraria obstáculos para sua realização, sendo determinada somente pela própria razão, já que é responsável pelas escolhas.

Nessa mesma linha, podemos apontar também Jean-Paul Sartre, que retomou a teoria de Aristóteles e afirmou que “o homem está condenado a ser livre” (SARTRE, 1970, p.7). Sua teoria é conhecida como *Existencialismo* e defende que a existência precede a essência, pois primeiro o homem existe e depois sua personalidade é criada por si próprio: “Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada e definitiva; ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade” (SARTRE, 1970, p.7). Dessa forma, há um forte subjetivismo, na medida em que o homem é responsável por si e também há uma grande reponsabilidade, pois, para Sartre, conforme criamos o homem que queremos ser, criamos a imagem que julgamos que todos os homens devem ser.

Uma segunda linha de pensamento sobre a liberdade, de acordo com Chauí (2010), foi iniciada pelos estoicos e modificada tanto por Espinosa no século XVII como por Hegel no século XIX. Nela se mantém a ideia de autodeterminação proposta por Aristóteles, colocando a liberdade, entretanto, não na possibilidade de escolha mas em agir de acordo com um todo. Segundo afirma Chauí (2010, p. 417): “essa concepção não mantém a oposição entre liberdade e necessidade, mas afirma que a *necessidade*<sup>1</sup> (as leis da natureza, as normas e regras da cultura, as leis da história) é a *maneira pela qual a liberdade do todo se manifesta*”.

A liberdade do indivíduo, nessa concepção, é entendida de duas formas: pelos estoicos e por Hegel, o homem é livre quando age em conformidade e pelo bem do todo, enquanto Espinosa entende que a base do todo é a mesma das partes e sendo o homem racional e livre como o todo, pode agir sobre ele. Pode-se perceber nessa concepção dois pontos importantes, o primeiro é o reconhecimento de fatores externos na questão da liberdade individual, mesmo entendendo que há uma consonância entre ser livre e agir de acordo com esses fatores e o segundo é a

---

<sup>1</sup> Necessidade aqui é entendido como “o termo filosófico empregado para referir-se ao todo da realidade, existente em si e por si, que age sem nós e nos insere em sua rede de causas e efeitos, condições e consequências” (CHAUÍ, 2010, p.414).

observação da importância do homem em reconhecer tais “agentes da natureza” e a capacidade de agir sobre eles de alguma forma.

Já a terceira linha de pensamento sobre a liberdade indicada por Chauí (2010) pode ser encontrada nos pensadores marxistas como George Lukacs e Lucien Goldman ou em existencialistas como Merleau-Ponty, e de certa forma propõe uma união entre as propostas anteriores. Para eles, é necessário perceber que há condicionamentos de diversas naturezas e que precisamos escolher entre as possibilidades existentes. “Todavia, não se trata da liberdade de *querer* alguma coisa e sim (como já dizia Espinosa) de *fazer* alguma coisa. Somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder para fazê-las” (CHAUÍ, 2010, p.418). Observamos aqui a percepção de que a liberdade não é plena e incondicionada, já que somos cercados por elementos que a condicionam. Aqui é introduzido o conceito de *possibilidade objetiva*, a faculdade de perceber as possibilidades existentes e agir de acordo com essa percepção, podendo, com nossas ações, fazer modificações na realidade.

A partir desse pensamento, Marilena Chauí conceitua a liberdade da seguinte forma: “Liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las, dando-lhes outro rumo e um novo sentido, que não teriam sem nossa ação” (CHAUÍ, 2010, p. 419). Para ela, em nossa vida existem diversos fatores que não são determinados por nós e atuam diretamente em nossas ações e diante delas não podemos manter uma postura de “posso tudo” nem de “nada posso”, sendo necessário, segundo ela, interpretar as possibilidades objetivas, analisando as direções existentes e descobrindo de quais formas podemos criar novos rumos ao que nos é dado.

A seguir, observaremos como foi pensada a liberdade nas teorias dos pensadores que foram utilizados para nosso trabalho, buscando um recorte sobre o que foi necessário para nossa análise.

Dos teóricos utilizados em nosso trabalho, podemos perceber que alguns procuram identificar formas de atingir a liberdade, criando uma teoria que demonstre uma saída para ela, enquanto outros identificam o que priva a nossa liberdade, isto é, o que faz com que não consigamos ser livres, ou plenamente livres. Iniciaremos apresentando os pensadores da primeira vertente e, após isso, os da segunda, dentre os quais encontraremos a principal teoria utilizada em nosso trabalho, a de Foucault (2014a; 2014b).

O primeiro filósofo que podemos citar é Immanuel Kant, pertencente à época do Iluminismo e principal pensador do Esclarecimento (*Aufklärung*), que nos traz a visão da liberdade relacionada à moralidade e defende o uso da razão para constituição da liberdade. Para nosso trabalho, utilizamos as ideias expressas em seu texto “*Resposta à pergunta: Que é esclarecimento*”, no qual Kant esclarece parte de sua concepção de liberdade, a partir da conceituação de esclarecimento e da criação do conceito de menoridade. Ele inicia o texto já afirmando que o homem é culpado por sua menoridade, a qual conceitua da seguinte maneira: “A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.” (KANT, 1985, p. 100). É, pois, a dependência, consciente ou não, de outrem, enquanto a maioridade seria a independência, o saber analisar as situações de acordo com a razão e com seu próprio pensamento, sem ser determinado por outros.

O autor diz que somos guiados de diversas formas e pessoas, instituições ou concepções, com as quais criamos um laço profundo de dependência. O homem permanece, assim, na menoridade, porque há diversos impedimentos à liberdade, que calam nossa razão crítica em prol de benefícios próprios, além de que, se torna cômodo ser menor e não ter trabalho com o pensar e escolher:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. (KANT, 1985, p. 100)

Vive-se assim tão acostumado com a menoridade que é difícil, mesmo tendo oportunidade, sair dela, pois não se está acostumado a viver por si. Entretanto, por mais que admita que existem impedimentos à nossa liberdade, ele afirma que o esclarecimento está em nossas mãos, que a preguiça e a covardia são os maiores culpados para que não nos libertemos. Coloca, assim, a responsabilidade nos homens e na sua disposição à razão, e para o uso público dela, único caminho, segundo ele, para a liberdade.

Outra concepção de liberdade podemos encontrar com Jean-Jacques Rousseau, importante filósofo e teórico político do século XVIII. Para ele, o homem já nasce livre e “renunciar à própria liberdade é renunciar à sua qualidade de



homem, aos direitos da humanidade e mesmo a seus deveres” (ROUSSEAU, 2013, p. 22). Entretanto, o filósofo defende que o processo civilizatório fez com que se necessitasse, para garantir a liberdade, que todos os indivíduos de uma sociedade fizessem um pacto social, o contrato social, o qual se reduz ao seguinte:

Essas cláusulas se reduzem, todas, a uma única: a alienação total de cada associado, com todos seus direitos, a toda a comunidade. Pois, em primeiro lugar, cada um se doando inteiramente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os demais (ROUSSEAU, 2013, P.27).

Todos devem, desta feita, renunciar à liberdade individual em benefício da liberdade e do bem coletivo e somente assim, mesmo renunciando a certas vantagens que a natureza lhe deu, encontrarão a liberdade: “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e que ele pode alcançar; o que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui” (ROUSSEAU, 2013, p.31).

É importante lembrar que, para Rousseau, devemos deixar a liberdade individual pela liberdade civil, mas para que tal contrato tenha êxito essa renúncia deve ser unânime e voluntária, fazendo com que a vontade geral seja a de todos, não causando insatisfação e nem criando um terreno fértil para o controle de um sobre outros.

Podemos considerar que Zigmunt Bauman constrói um pensamento sobre a liberdade que se relaciona com o de Rousseau. Isto porque o sociólogo considera o par segurança-liberdade e acredita que para as pessoas alcançarem a tão almejada segurança devem renunciar à plena liberdade. Para isso, segundo ele, deve-se retornar um pouco no caminho da individualidade que estamos traçando e dar mais lugar ao poder público.

No capítulo intitulado “Emancipação”, de seu livro “Modernidade Líquida”, Bauman começa fazendo a diferenciação entre liberdade subjetiva e liberdade objetiva. Ele defende que

Sentir-se livre das limitações, livre para agir conforme os desejos, significa atingir o equilíbrio entre os desejos, a imaginação e a capacidade de agir: sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que nossos desejos e que nem uma

nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir (BAUMAN, 2001, p. 24)

É este sentimento de liberdade que podemos chamar de liberdade subjetiva, quando os desejos e as ações estão dentro do “princípio de realidade”. Tal liberdade, porém, pode não ser comprovada objetivamente, pois a liberdade objetiva depende das limitações externas e internas aos indivíduos. Assim, segundo Bauman (2001, p.24-25), pode ser que a pessoa jamais perceba até onde pode chegar a sua liberdade, já que os mecanismos coercitivos nem sempre são percebidos.

Outra importante discussão empreendida pelo autor, na sequência, é sobre querer ou não ser livre. Ele afirma que nem todos sentem necessidade de se libertar, por mais que isso não necessariamente signifique que esta pessoa é livre. Aqui percebe-se uma relação com o texto de Kant, citado anteriormente, já que apresenta o fato de por vezes as pessoas não quererem ser livres por conta das dificuldades que isso acarreta. Ser livre não é fácil, por isso a plena liberdade nem sempre é vista como algo bom, por vezes causa angústias, pois acarreta a necessidade de escolhas, de caminhar por si mesmo diante da possibilidade de frustração.

Apesar dessa realidade, Bauman (2001, p. 39) mostra que, após uma época em que não havia espaço para a liberdade e sim uma grande tendência ao totalitarismo, cresceu a liberdade das pessoas, criando inclusive uma *individualização* (processo através do qual a identidade se torna uma “tarefa” através da qual precisamos criar quem somos). Porém, essa individualização não era uma escolha e a ideia de ser autossuficiente foi uma ilusão pois não tinham capacidade para controlar as situações sociais que influenciavam e tornavam essa autoafirmação algo irrealista. Tal conflito se dá, segundo Bauman (2001, p. 45-47), porque a individualização não está ao lado da cidadania, pois o cidadão tem o bem-estar da sociedade como o seu próprio, enquanto o indivíduo não se importa com o bem comum. Isso faz com que o espaço público seja invadido por questões pessoais, não conseguindo uma organização que beneficie a todos.

É diante de tal problema que o sociólogo defende uma maior participação do poder público, pois, segundo ele, por mais que este não garanta a liberdade completa, a escassez de sua atuação cria uma impotência prática da liberdade. Afirma que

A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da “esfera pública” e do “poder público”. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de defesa contra o invasor privado – ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual (BAUMAN, 2001, p 62).

No entanto, necessita-se também de uma organização da esfera pública, já que, como dito, esta se tornou um lugar somente para expor as aflições pessoais e não tratar problemas realmente públicos, e isso faz com que se diminua o poder da esfera pública em ajudar na emancipação dos sujeitos.

Por último, porém não de menor importância, podemos considerar a teoria de Foucault. Ele demonstra uma série de procedimentos de controle dos indivíduos, que estão implícitos em diversas relações na sociedade. Primeiramente, no livro “A ordem do discurso”, ele trata o discurso como algo poderoso e perigoso, que por isso sempre há quem queira deter o controle sobre ele:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014a, p.9).

A partir desse pensamento, ele organiza três grupos de procedimentos de controle do discurso. O primeiro deles é o grupo de procedimentos externos e que podemos chamar de *procedimentos de exclusão*. Dentro desse grupo, há o procedimento chamado de *interdição* que consiste nos tabus, no princípio de que não podemos falar tudo e em qualquer circunstância. Ele cita que essas interdições geralmente ocorrem no campo da política e sexualidade, e deixam clara a relação do discurso com o poder, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014a, p. 10).

O segundo procedimento dentro desse primeiro grupo é o da *separação ou rejeição*, a partir do qual as pessoas que fogem à regra de pensamento ou fala, como por exemplo os loucos, são excluídas e não têm fala na sociedade (FOUCAULT, 2014a, p.10) Já o terceiro procedimento consiste na *oposição do verdadeiro e do falso*, que consiste em considerar um discurso, historicamente,

como verdadeiro e este ir se perpetuando ao longo do tempo somente por ser considerado verdade, contestando-se todos os outros que surgirem:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 2014a, p.17).

Ressaltamos a contribuição institucional nesses mecanismos, até porque não há maior interessado na manutenção de um discurso vigente do que as próprias instituições. A *vontade de verdade* é tida como o procedimento que mantém os anteriores, visto que lhes dá força e exclui todos que pretendem contorná-la.

No segundo grupo de procedimentos elencados pelo estudioso, iremos encontrar os internos ou, como o autor chama, os *princípios de rarefação do discurso*. O primeiro desses procedimentos é o *comentário*, que consiste em narrativas que são ditas e permanecem, sendo sempre repetidas e dando origem a novas que as retomam, transformam ou falam delas, são então a base para diversos discursos e por isso permanecem sempre ditos: “Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos” (FOUCAULT, 2014a, p.21). Nessa esteira, podemos lembrar da história de “Romeu e Julieta”, tão retomada na nossa e em diversas outras literaturas do mundo, como modelo de amor romântico, além dos textos religiosos, constantemente retomados em narrativas atuais.

O segundo procedimento dentro desse grupo é o *autor*, considerado a origem das significações de um texto. Antes, segundo Foucault (2014a), o autor era tido como um “indicador de verdade” para o texto. Com o tempo, essa compreensão foi intensificada, pois a relação texto e autor ganhou status de necessária, para que o texto tivesse um “atestado de verdade” (FOUCAULT, 2014a, p. 25-28).

O terceiro e último procedimento desse grupo é a *organização das disciplinas*, que foi melhor desenvolvido em seu livro “*Vigiar e Punir*”. Ele se diferencia dos dois procedimentos apresentados aqui anteriormente por, ao contrário deles, criar novos discursos. Porém, esses discursos devem preencher complexas exigências para pertencer a uma disciplina, a qual segue, como veremos em um outro momento, modelos militares, por seu conjunto de regras: “A disciplina é um

princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2014a, p.34).

Tais procedimentos são recursos que criam discursos, mas, segundo Foucault (2014a), não é por isso que são menos coercitivos, pois é justamente pela multiplicação de discursos e pela função restritiva de tais enunciados que ocorre a coerção.

O terceiro grupo citado pelo autor é o que ele chama de *rarefação dos sujeitos que falam* e consiste em determinar regras de acesso ao discurso para controlar seu poder a partir da restrição do acesso a ele. Dessa forma, são determinados papéis imutáveis para os sujeitos:

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2014a, p.37)

Aqui é importante ressaltar a importância das instituições nesse processo, algo que, como será analisado na sequência em nosso trabalho, é indispensável para a coerção dos sujeitos.

É necessário observar que, por mais que tenham sido abordados separadamente, tais procedimentos são, na prática, inseparáveis e justamente por isso estão sempre presentes em nossa realidade, se ligando uns aos outros, tornando-se mais fortes e menos perceptíveis.

Além desses mecanismos de controle pelo discurso, Foucault demonstra, em seu livro *“Vigiar e punir: nascimento da prisão”*, formas de controle a partir da criação de *corpos dóceis*. Ele aponta que durante a Época Clássica foi descoberto o corpo como objeto e alvo de poder, com o fim de produzir a docilidade dos corpos. Para ele, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2014b, p. 134). Assim, com vistas a uma relação *docilidade-utilidade*, os corpos são controlados a partir das disciplinas, forças de sujeição dos corpos: “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2014b, p. 135-136).

Constrói-se assim, segundo o autor, uma *microfísica do poder* que se desenvolve nos detalhes e na atuação conjunta desses pequenos mecanismos de poder (FOUCAULT, 2014b, p. 136-137). É a partir disso que ele elenca, primeiramente, diversos mecanismos disciplinares, dividindo-os novamente em grupos, os quais comentaremos a partir de agora.

O primeiro grupo é o da *arte das distribuições* e contém as técnicas que servem para delimitar um lugar para, a partir dele, melhor controlar. Dentre essas técnicas, podemos citar a *cerca*, que consiste em isolar os lugares das interferências externas, podendo ser observadas por exemplo em colégios e quartéis (Foucault, 2014b, p. 139-140). Temos também o *princípio da localização imediata ou quadriculamento*, que mantém cada indivíduo em seu lugar específico, evitando formação de coletivos e permitindo conhecer, dominar e utilizar os indivíduos (Foucault, 2014b, p.140). Relacionada ao anterior, temos também a regra das *localizações funcionais*, a partir da qual não só damos um lugar para cada indivíduo mas também determinamos exatamente o que será feito em cada lugar, tendo assim uma melhor utilização e controle dos indivíduos e suas funções (Foucault, 2014b, p. 141-142). Por fim, temos nesse grupo a *posição na fila*, que aumenta o controle sobre cada indivíduo ao mesmo tempo que faz com que trabalhem coordenadamente (Foucault, 2014b, p.143).

Tais organizações, segundo Foucault(2014b), “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (p. 145). Elas estão presentes em diversos âmbitos de nossa vida, como por exemplo em fábricas e demais empresas, atuando como uma forma de controle dos funcionários. São encontradas também em escolas, na disposição das carteiras e organização dos alunos, fazendo com que o professor perceba quem são os estudantes e como controlá-los. Como exemplo, podemos citar mapas de sala feitos em turmas que são mais trabalhosas, de forma a separar os grupos e criar localizações estratégicas para o controle.

O segundo grupo é o do *controle da atividade* e tem como primeiro mecanismo o *horário* (Foucault, 2014b, p. 146-148), o qual passa a ser controlado para se tornar totalmente útil, através dos mecanismos seguintes: A *elaboração temporal do ato*, que consiste em um esquema anátomo-cronológico do comportamento, através do qual cada movimento tem um tempo determinado para acontecer (Foucault, 2014b, p. 148-149). Para isso, é criado outro mecanismo,

*donde o corpo e o gesto postos em correlação*, que consiste em um melhor uso do corpo, de forma que cada gesto esteja melhor relacionado com o corpo, trazendo mais eficácia e rapidez (Foucault, 2014b, p. 149). Na sequência, temos a *articulação corpo-objeto*, em que é definido exatamente qual a relação entre o corpo e o objeto que este corpo manipula. Por fim, temos o porquê da atuação segundo todos os anteriores, a *utilização exaustiva*, usar cada vez mais o tempo (Foucault, 2014b, p. 150-152)

Nesse segundo grupo, o *controle da atividade*, intensifica-se a utilização dos corpos, de forma a usá-los em sua totalidade. Aqueles que já estavam divididos e organizados de forma a melhor produzir, agora têm cada minuto controlado, para que nada seja desperdiçado, pois tempo livre não produz, não tem utilidade.

Enquanto o segundo grupo organiza o tempo, o terceiro grupo, a *organização das gêneses*, segundo Foucault (2014b, p. 153-158), organiza as atividades de forma a capitalizar esse tempo, o que reforça a correlação com o sistema capitalista. Isto é feito a partir de quatro processos: dividir a duração em segmentos, sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico; organizar as sequências de tempo segundo um esquema analítico; finalizar os segmentos temporais e fixar-lhes um termo marcado por uma prova; e estabelecer séries de séries. Tais processos são provenientes de uma organização militar e aplicados nos mais diversos âmbitos da sociedade.

O quarto e último grupo consiste na *composição das forças*, a qual é feita pela disciplina afim de obter maior eficiência. Isso é feito, segundo Foucault (2014b, p. 159- 163), a partir da inserção e articulação do corpo em um conjunto, se tornando mais um elemento, singular, mas somente mais uma peça de uma máquina, podendo colocá-lo onde quiser, além de mover e articular com outros elementos. O tempo também é tido da mesma forma, dividido em diversas séries que são combinadas entre si, e para a organização tanto dos indivíduos quanto do tempo é necessário um sistema preciso de comando, através do qual a ordem não precise ser nem explicada nem formulada.

Essa composição de forças, feita através da divisão e organização é, um princípio encontrado no modelo fordista, que é de suma importância para nossa análise, visto que o processo de produção por etapas acaba sendo aplicado na organização dos próprios indivíduos e não só das máquinas que são controladas por eles.

Os mecanismos disciplinares elencados acima são resumidos por Foucault da seguinte forma:

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas” (FOUCAULT, 2014b, p. 164-165).

Tais procedimentos, dessa forma, criam um indivíduo moldado pelos detentores do poder e são tão bem colocados no dia-a-dia, que pensamos ser condições naturais das instituições nas quais estamos inseridos.

Essa moldagem dos “corpos dóceis” é feita, além de todos os mecanismos já citados, pelo que Foucault chama, pegando o termo de Walhausen, de “bom adestramento”. Para ele,

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2014b, p.167).

Para isso, a disciplina fabrica os indivíduos, de forma a usá-los ao mesmo tempo como objeto e instrumento de seu exercício de poder. Isso é feito através de instrumentos para o “bom adestramento”, os quais, segundo o estudioso, são o *olhar hierárquico*, a *sanção normalizadora* e o *exame*, uma combinação das anteriores. A vigilância hierárquica consiste em um controle intenso e contínuo:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica (FOUCAULT, 2014b, p. 168).

Isso é realizado através do modelo de acampamento militar, no qual o principal é a visibilidade geral, uma organização espacial em que todos sejam vistos



e melhor controlados, conforme as técnicas da *arte das distribuições*, da qual falamos anteriormente

Ele afirma também que essa vigilância é “um operador econômico decisivo” (FOUCAULT, 2014b, p.172), pois, como já dito, a disciplina controla para melhor produzir. Além disso, é essa vigilância ininterrupta que faz com que não seja necessário o uso da força para o controle

Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (FOUCAULT, 2014b, p. 174).

A *vigilância hierárquica* se torna, assim, de extrema importância, ao passo que é a partir dela que se vigia e exerce poder sem ser percebido, quando a força deixa muito mais evidente o controle ao qual se está submetido.

Já a *sanção normalizadora* institui os mecanismos de punição presentes nas disciplinas. Foucault (2014b, p. 175-180) defende que em todo sistema disciplinar funciona um pequeno mecanismo penal, porém com uma maneira específica de punir, pois tem como função também reduzir os desvios e ao mesmo tempo que castiga, exercita. É o que acontece, segundo ele, quando em uma sala de aula a punição para alguma transgressão é copiar a mesma lição várias vezes. Além disso, afirma que o sistema de punição utilizado é o da gratificação-sanção, amplamente utilizado na nossa realidade, na qual se alguém faz algo considerado bom ganha um prêmio, sobe de classificação ou algo do tipo enquanto o contrário acontece com quem faz algo que não é considerado ideal.

É nessas punições que existem as classificações ou graus: “A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões, mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 2014b, p. 178). É a partir disso que se diferenciam as pessoas e a própria classificação já é uma espécie de punição, uma vez que esta geralmente é pública, como a diferenciação de níveis pela classificação por cor da roupa, causando uma “vergonha” pública. Essa diferenciação através das roupas era feita, por exemplo, segundo Foucault (2014b, p.178), na Escola Militar, através de um sistema de “hierarquização ‘honorífica’”, para castigar ou demarcar privilégios.

Por fim, é de extrema importância o exame pois

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 2014b, p. 181)

Ele permite conhecer os indivíduos para melhor exercer poder sobre eles. Para isso, inverte a visibilidade no exercício de poder, se tornando invisível e dando visibilidade aos que são controlados e a partir disso criando um processo de objetivação. “Entramos na era do exame interminável e da objetivação limitadora” (FOUCAULT, 2014b, p.185).

Tal objetivação é feita através da documentação, é criado todo um arquivo para controle dos indivíduos, o qual foi propiciado pela utilização de registros escritos. Isso faz com que o indivíduo se torne um “caso”: “um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (FOUCAULT, 2014b, p.187), pois será descrito, medido e comparado a outros.

Dessa forma,

o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões (FOUCAULT, 2014b, p.188).

O exame é indispensável para a fabricação de indivíduos “dóceis”. Percebe-se, portanto, que os poderes disciplinares são indispensáveis para o entendimento das coerções presentes na sociedade, na medida em que eles não só reprimem mas também produzem indivíduos moldados a determinados interesses e assim constroem uma realidade condizente com os desejos dos que detêm o poder.

Diante do exposto, podemos perceber que não há realmente um consenso entre os estudiosos sobre o que seria a liberdade e como atingi-la. Alguns teóricos buscam elencar modos de alcançá-la, como por exemplo Kant, a partir da razão, e Rousseau, a partir do contrato social. Há aqueles que fogem um pouco dessa ideia, como Bauman, que acredita, diferentemente dos anteriores, que já atingimos uma

certa liberdade, mas não conseguimos usufruí-la plenamente por excesso de individualidade e falta de poder público que nos emancipe. Enquanto outros somente nos mostram o quanto somos coagidos por diversos mecanismos de poder que nos cercam, como Foucault.

É a partir das teorias descritas anteriormente que construímos nossa análise, observando de que forma os personagens das obras escolhidas buscam sua liberdade e de que maneira esta é privada ou diminuída, sendo eles a todo momento coagidos por mecanismos sociais.

### **3. A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE EM *A LUNETA MÁGICA*, DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*, DE ALDOUS HUXLEY.**

#### **3.1. AS LUNETAS E OS EXTREMOS: A BUSCA PELA LIBERDADE EM *A LUNETA MÁGICA*.**

Nascido no Rio de Janeiro em 1820, Joaquim Manuel de Macedo formou-se em Medicina, em 1844. Além de médico, ele foi jornalista, professor de Geografia e História do Brasil e político, sendo deputado do Partido Liberal, durante o Segundo Reinado<sup>2</sup>. Macedo estreou na literatura com o romance “A Moreninha” em 1844. Essa obra foi relevante para a ficção do Romantismo brasileiro, considerado o primeiro romance tipicamente nacional, pois retratou os hábitos da juventude carioca. Além disso, marcou o autor, que ficou visto como um escritor romântico que só podia falar sobre amor e não de questões sociais. Criou-se, dessa forma, segundo Chauvin (2012), uma visão generalista e rasteira dos críticos sobre as obras do autor, invisibilizando o potencial crítico sobre a sociedade apresentados em alguns de seus livros.

A *Luneta Mágica* é um romance escrito por Joaquim Manuel de Macedo em 1869. A obra é narrada em primeira pessoa e tem como personagem principal Simplício, um jovem que tem miopia física e moral (é guiado pelas ideias dos outros). Aos 12 anos ele perde seus pais, e a partir de então ele e Américo, seu irmão mais velho, passam a morar com a tia Domingas e a prima Anica.

O enredo se dá a partir do desejo do protagonista de curar sua miopia. Ao procurar o Sr Reis, um ótico, buscando uma melhora, percebe que uma luneta (espécie de óculos da época) normal não era suficiente para o seu problema. Após isso, encaminhado por Sr Reis, procura o mágico Armênio, que faz uma magia em uma luneta, fazendo-o enxergar. Se este objeto, no entanto, fosse utilizado fixamente por mais de três minutos o rapaz veria a visão do mal e por mais de treze minutos veria a visão do futuro. Como o rapaz desobedece, a luneta lhe mostra o lado negativo dos seus familiares, de todas as pessoas que conhecia e também das coisas ao seu redor. Ao fixar a luneta em si mesmo, vê também suas misérias e fraquezas e a primeira luneta quebra.

---

<sup>2</sup> Informações contidas no prefácio escrito por Jean Pierre Chauvin na 2ª edição do livro *A Luneta Mágica*, publicado pela editora Martin Claret.

Após um tempo, Simplício encontra novamente o Sr. Reis, que o leva mais uma vez a Armênio. O mágico faz uma nova magia em outra luneta, que tinha as mesmas regras da anterior, mas se fosse fixada por mais de três minutos, ele teria a visão do bem. O jovem se empolga ao saber que veria o bem, mas, ao vê-lo, passa a sofrer com as confusões causadas por essa visão e com as pessoas que se aproveitam dela. Mais uma vez, desesperado e angustiado, descobre que a visão do bem é um martírio. Ao passar por um velório, ele vê a beleza de um funeral, entende que até na morte tem-se felicidade, decide então que o melhor é morrer. Como ele não tem outros artifícios, decide ir até o Corcovado no Rio de Janeiro, fixa a luneta pela última vez na cidade e o objeto se quebra novamente e ele se lança como ato de suicídio. De maneira miraculosa, Armênio aparece e salva a vida do jovem. Ele dá inúmeras lições de moral sobre o bem e o mal e em seguida dá sua última luneta ao rapaz, a do bom senso. Simplício promete que seguirá as regras e guardará segredo sobre o assunto, deixando em aberto sobre o que exatamente seria essa nova luneta.

A obra pode ser encaixada, cronologicamente, na escola literária Romantismo, mais especificamente na terceira geração, a condoreira. Isso nos dá uma ideia do contexto e das ideologias em que estava imerso o autor na época dessa publicação, já que, como se sabe, a terceira geração romântica foi marcada por um momento de turbulências econômicas e sociais no Brasil, e tinha ideais de observação crítica da realidade e de liberdade (proveniente dos ideais abolicionistas). Tal momento da história brasileira, o Segundo Reinado, justifica também as críticas feitas através da ironia pelo narrador na narrativa em questão, já que as disputas entre conservadores e liberais causavam grande instabilidade na política brasileira. Além disso, o envolvimento com o partido Liberal demonstra que não só tinha entendimento do que estava acontecendo como uma visão interna desse mundo da política, enxergando suas mazelas por dentro.

Também relacionada à liberdade e às relações do autor com o Liberalismo, já que este tinha ideais em comum, podemos considerar a corrente de pensamento iluminista, que influenciou fortemente a política brasileira, inspirados na Revolução Francesa. Entender a influência do Iluminismo é importante para os fins desse trabalho à medida que ele defende o uso da razão e propõe que a autonomia é conseguida por meio dessa:

A filosofia iluminista possui uma confiança decidida na razão humana, propõe um despreconceituoso uso crítico da razão voltada para a libertação em relação aos dogmas metafísicos, aos preconceitos morais, às superstições religiosas, às relações desumanas e tiranas políticas, os quais representam para os iluministas heteronomia. A libertação dessas heteronomias por meio do uso crítico da razão possibilitaria experiências de autonomia. (ZATTI, 2007, p. 18)

Tal pensamento é bem parecido com o que vimos da teoria de Kant, já que este estava dentro do grupo de pensadores iluministas, ao considerar a razão como caminho para a liberdade humana e terá grande importância adiante, em nossa análise.

O protagonista da história, como sabemos, era míope física e moralmente:

Sou míope; pior do que isso, duplamente míope, míope física e moralmente.

Miopia física: a duas polegadas de distância dos olhos não distingo um girassol de uma violeta.

E por isso ando na cidade e não vejo as casas.

Miopia moral: sou sempre escravo das ideias dos outros; porque nunca pude ajustar duas ideias minhas (MACEDO, 2012, p. 21).

Percebemos, por essa passagem, que o protagonista tem consciência dessa miopia, sem ser necessário, a princípio, que alguém lhe dissesse isso, ou falasse por ele. O próprio fato de a narrativa ser escrita em primeira pessoa reforça a ideia de que, apesar de ele se colocar como totalmente míope, tem alguma consciência do que acontece consigo.

Na sequência, Simplício, através da narração, afirma que saber-se míope é ainda pior, enquanto um amigo, diz ele, fala que essa consciência é algo bom, pois muitos querem ostentar inteligência sem a ter. Tal conhecimento, dessa forma, já nos faz pensar até que ponto Simplício era realmente míope, ao passo que sabia dessa miopia, o que justificaria o tom irônico utilizado em diversas passagens da obra, ao mesmo tempo que essa “consciência” pode representar uma espécie de falta de confiança em si, por reconhecer-se míope e não mudar essa situação, o que também justificaria a facilidade com que acredita nas pessoas e nas lunetas ao seu redor.

O fato é que desde a infância, era guiado por outros, a começar por seus pais, que, ao morrerem, quando ele tinha doze anos, o deixaram sem rumo: “Eu

estava acostumado a ver pelos olhos de minha mãe, a pensar pela inteligência de meu pai; fiquei, pois, nas trevas dos olhos e da razão” (MACEDO, 2012, p.22). Percebemos desde já que sua dependência é algo com o que foi se acomodando, por estar acostumado com a proteção dos pais, reiterando o pensamento acima.

Porém, não faltou quem se prontificasse para tal tarefa, pois seu irmão, tia e prima estavam prontos para assumi-la, acrescida do controle da fortuna deixada para Simplício:

Meus pais eram ricos, e deviam deixar-me, deixaram-me por certo, avultada fortuna; quanto, não sei: meu irmão mais velho que tomou conta dos meus bens, minha tia Domingas que tomou conta da minha pessoa, e minha prima Anica, que se criou comigo e que é um talento raro, pois até aprendeu latim, hão de saber disso melhor que eu (MACEDO, 2012, p.22)

Aqui, já demonstra que não coordena sua vida até hoje, já que sua família sabe mais dela e de seus bens do que ele próprio. Percebemos também, desde já, que haviam interesses financeiros em controlar Simplício, um poder que trazia dinheiro.

Sua família, na verdade, é apresentada desde o princípio de forma irônica e podemos perceber uma forte representação das mazelas da sociedade da época. Américo, por exemplo, é a representação dos políticos corruptos e da política suja daquele período, é apresentado já da seguinte forma, com o tom irônico que comentamos anteriormente:

Convém saber que meu irmão saiu eleito deputado na última designação constitucional, e mandou fazer a sua libré parlamentar ainda antes de ser reconhecido representante legítimo do povo soberano que anda de paletó e de jaqueta. Deste fato e da observação concluí eu em minha simplicidade que o mano Américo vive doído por ser ministro para fazer o bem da pátria (MACEDO, 2012, p.24).

Aqui o narrador já dá indícios de como o irmão é mau político, o que se confirma adiante, quando Simplício o vê pela visão do mal, a partir da qual percebe que ele só queria dinheiro e passaria por cima de todos para conseguir o que almejava. Seu nome já transmite a ideia de seu ego, de o quanto quer se sentir grande, do tamanho de um continente.

Enquanto isso, Anica tem em seu nome uma impressão de diminuição, e não por seus interesses serem poucos, visto que percebemos desde o início um desejo em se casar com Simplício. Tal vontade era, na verdade, para tomar conta de sua fortuna. Além disso, ainda no início ele afirma que a prima tinha vontade que Américo se tornasse ministro para empregar parentes, o que seria praticar nepotismo:

Inocente menina! É um anjo; os seus sonhos são piedosos como as vigílias da tia Domingas, sua mãe, e patrióticos como os cálculos do mano deputado; ela diz com virginal franqueza que tem meia dúzia de parentes pobres a arranjar quando o mano Américo for ministro. Meia dúzia só!... Que abnegação e que desinteresse da prima Anica! (MACEDO, 2012, p.24).

A diminuição se dá por ser uma pessoa “pequena”, com pouco caráter, já que vive de interesses. É um espelho das moças interesseiras da época, que passavam a vida a procurar um casamento com um moço rico, para ter sua fortuna.

Por último, temos a tia Domingas a qual Simplício descreve da seguinte forma:

E eu confio nela o mais possível; porque é uma senhora que anda sempre de rosário e em orações e que, tendo alguma coisa de seu, apesar de tão religiosa, não deu nem dá um vintém de esmola ao pobre que lhe bate à porta, pretextando sempre que tem muita vontade de fazer esmolas evangélicas; porém que ainda não achou meio de esconder da mão esquerda o óbulo da caridade paga pela mão direita (MACEDO, 2012, p.22-23).

Percebe-se por essa e outras passagens do romance que ela é um exemplo de religiosidade hipócrita, que usa a religião para esconder a maldade de seu interior. Seu nome sugere a religião, o domingo, dia da missa, no entanto, mais uma vez serve como uma ironia pela qual o autor critica esses setores da sociedade, que também condicionam a vida de Simplício através de sua família.

Podemos observar isso pois, em meio a sua miopia moral, o protagonista acredita que a situação é boa para si, porque é o que afirma todos de sua família, inclusive o seu irmão:

Agradece a Deus esse infortúnio; estás livre de desgostos sem conta, de responsabilidades sem número, e de tormentos sem tréguas; tu não sabes pensar; mas eu penso por ti e por mim; tu mal



dirigirias os teus negócios; mas eu dirijo os teus e os meus negócios; tu sofres muito menos do que eu sofro; porque eu sofro por ti e por mim. (MACEDO, 2012, p.25)

Percebemos que cada detalhe da vida de Simplício é gerido por seu irmão, inclusive seu pensamento, já que Américo afirma que ele não sabe pensar e que então pensa pelos dois, enfatizando sempre que isto é a melhor coisa que lhe pode acontecer. O fato de ser político dá a si uma espécie de credibilidade maior sobre o míope, já que este acredita fielmente em tudo que seu irmão fala, justamente porque uma pessoa que está no governo da sociedade deveria saber geri-la e conseqüentemente pode gerir sua vida. Podemos considerar que aqui ocorre o que Foucault (2014b) afirma sobre as instituições serem fatores decisivos para os mecanismos de condicionamento, pois as pessoas usam do fato de se inserirem em um determinado âmbito para subordinar os demais à sua vontade. Isto se dá por a instituição da qual ele faz parte dar uma posição de verdade a seu discurso, seja ele qual for. Américo, por ser político, é investido de autoridade e seu cargo dá legitimidade ao que ele fala, bem como lhe dá maior preparo para agir diante às outras pessoas.

Sua tia também enfatiza as benevolências de sua condição, através de uma espécie de determinismo legitimado pela religião:

Minha tia também sempre me faz ouvir consolações, e sempre conforme as suas ideias religiosas.  
Para ela, a minha miopia física é um imenso benefício da providência, que assim menos exposto me deixou às tentações do diabo, que ataca o pecador pelos olhos; e a minha miopia moral ainda mais precioso dom, porque dos pobres de espírito é o reino do céu (MACEDO, 2012, p.26).

Sua família, dessa forma, tenta que ele se conforme com sua condição para que se mantenha nela e não mude a sua realidade. Percebe-se aqui uma manutenção do poder através do discurso, o qual, como vimos com Foucault, pode ser um instrumento de controle e de poder. A família de Simplício, através da repetição de discursos, legitimados pelo cargo político que exerce ou pela religião, o coage. Esses discursos legitimados por instituições, segundo discutimos com Foucault, conduz os papéis dos sujeitos na sociedade, e, no caso, levam o jovem a continuar em sua condição de míope.

Nota-se, dessa forma, que o míope não tem liberdade de escolhas em sua vida, posto que ela é gerida por outrem, e não consegue avaliar nem se isto é bom realmente, estando sujeito ao que a família lhe diz, já que também não é dono de seu pensamento. Simplício estaria assim, segundo a teoria do “esclarecimento” (no original, *Aufklärung*) proposta por Kant, no estágio da menoridade, pois não age por si e sim através da influência de outros.

Este é o problema do personagem, ele necessita sempre de alguém para lhe guiar, ordenando-lhe todos os aspectos da vida, como afirma Sperber: “Esta, justamente, é a maior dificuldade de Simplício. Ele precisa permanentemente de um olhar que o oriente a julgar a si, ao mundo, aos cidadãos e aos atos humanos, políticos ou éticos.” (2003, p.433).

Quando, entretanto, precisa participar de um júri, sente maior necessidade de se curar de sua miopia, já que queria prestar um bom papel e lá não poderia que ninguém pensasse por ele. Mas mesmo esta decisão não é consciente e sim porque conhece Nunes, que se propõe a levá-lo a um ótico que curaria sua visão. A partir deste ótico então recebe a primeira luneta do Armênio e com ela acredita ter passado a enxergar tanto as coisas normais do mundo, quanto o que está além das aparências, encontrando assim uma cura não só para sua miopia física, mas também para sua miopia moral, vista aqui como sua menoridade:

O grande problema não é tanto aquele que está fora da personagem, mas aquele que determina a necessidade das lunetas. Porque este é o grande tema e problema da narrativa: conquista da liberdade e fundamentação do livre-arbítrio. E, evidentemente, a questão é também maioridade e menoridade, autonomia e discernimento. (SPERBER, 2003, p. 433)

Entretanto, assim como afirma Sperber (2003), o problema é a necessidade da luneta. É importante observar que essa “cura” também pode ser considerada um controle, ao passo que não é adquirida com recursos próprios e sim por meio de algo exterior. Continua sendo necessário um controle externo, assim como antes se sustentava em sua família, agora seu respaldo é na luneta.

O problema maior é que esta suposta cura para a sua miopia é dada somente através da luneta e esta, depois dos três minutos, o momento em que supostamente mostraria a real verdade, lhe dá somente uma visão da realidade, a visão do mal: “E por que esta luneta mágica além de três minutos de fixidade só me

deixou ver os males e os horrores que o sol pode produzir e negou-me a contemplação dos seus benefícios?” (MACEDO, 2012, p. 51). E por mais que Simplício, no início, se questione e fique angustiado com a visão que lhe é dada, tinha uma imensa curiosidade pela visão do mal “Essa curiosidade era como a tentação do demônio que nos arrasta ao pecado; meus lábios haviam já tocado uma vez na taça oferecida pela tentação, e o veneno que eu bebera, abrasava o meu seio e eu tinha sede devoradora da visão do mal” (MACEDO, 2012, p. 52). Ele acreditava fielmente que aquilo era verdade, demonstrando assim a dificuldade que ele tinha em pensar por si mesmo, já que estava acostumado a ser guiado.

A visão do mal, então, o faz enxergar somente a face ruim das pessoas, fazendo-o assim descrever de todos “Ah! Visão do mal que estás levando a descrever da humanidade! Tu me serás talvez fatal; mas eu te quero, e não te dispensei mais; porque tu é luz, embora sejas luz do inferno” (MACEDO, 2012, p. 64).

Então, por enxergar, através da luneta, que tudo é mal e não olhar criticamente o que a luneta estava lhe apresentando, acaba se tornando cético “Interessa ressaltar que o jogo entre aparência e essência se amplia na narrativa, ganhando uma dimensão totalizante; não havendo espaço para o meio-termo. As pessoas ou objetos são vistos pela lente da luneta sempre em estado absoluto: ou maus ou bons.” (QUEIROZ, 2011, p. 133). Ele próprio tem noção deste ceticismo, mas não sabe como sair dele: “Não creio em homem algum, em mulher alguma: sou a descrença viva, ceticismo animado” (MACEDO, 2012, p. 88).

Este ceticismo é levado ao extremo, o que faz com que todos acabem se afastando dele por não quererem ser vistos pela luneta:

Saí, como disse, e avançava apenas alguns passos, quando reparei que muitas pessoas fugiam de encontrar-me, que outras voltavam-me as costas, que as senhoras se retiravam apressadas das janelas. A princípio não pude explicar o fenômeno; logo depois, porém, lembrou-me a insidiosa revelação do velho Nunes, e compreendi que me fugiam por medo da minha luneta mágica (MACEDO, 2012, p.85)

Esta visão parcial das coisas começa, assim, a fazer mal e nos deixa pistas da lição dada no final do livro pelo Armênio, de que em todas as pessoas existe o bem e o mal e não podemos enxergá-las por uma única ótica. Simplício precisava ver o mal das pessoas, já que acreditava plenamente em todos, como os membros

de sua família, considerada por ele perfeita. O problema é que, nesse processo, exclui o outro lado, o bom que todos também têm.

Ao desenvolver uma profunda descrença na sociedade, passa a criticá-la fortemente. Isso então faz com que as pessoas comecem a denominá-lo louco. Tal fato, segundo a ótica do narrador, se dá por as pessoas não quererem escutar a “verdade” sobre elas:

Doido por quê?...Porque tenho o privilégio de descobrir o mal que se dissimula; e porque não há máscara de hipocrisia que resista à minha luneta mágica! Doido! Ah! Quantos homens de juízo não andarão por aí declarados doidos somente para que os golpes certos de suas palavras terríveis percam a força, com que devem ferir e despedaçar a imoralidade, os vícios ignóbeis e até os crimes de grandes figurões?... (MACEDO, 2012, p.95).

Tem-se aqui o fato de as pessoas considerarem doidos aqueles que representam uma ameaça, pois seu discurso vai de encontro com o que elas pregam e querem. Aqui, a fala do narrador, por mais que estivesse moldada pela visão da luneta, considerando esta visão como a verdadeira, se relaciona com o procedimento de controle do discurso, citado por Foucault (2014a), a interdição. Isto porque todos estão acostumados a ninguém apontar os defeitos da sociedade e quando Simplício o faz é impedido de falar. Este impedimento se dá através do fato de o considerarem louco, pois os loucos não têm, na sociedade, credibilidade em seu discurso. Dessa forma, percebemos que as mazelas sociais são aqui um tabu, tanto quando a política e a sexualidade, as quais Foucault cita em seu texto.

Vemos também o procedimento chamado de separação e rejeição, já que por falar o que as pessoas não queriam, como já dito, Simplício é considerado louco. É interessante perceber que o exemplo dado por Foucault (2014b) para tal procedimento é justamente os loucos, pois o discurso desses, segundo ele, não poderia circular como o dos outros. É para isso que o protagonista é considerado louco, para deslegitimar seu discurso e excluí-lo.

No livro “O mal-estar da pós-modernidade”, Zygmunt Bauman, discute o conceito de “anulação dos estranhos” (esse conceito será mais aprofundado a partir da análise da obra Admirável Mundo Novo), o qual coloca que as pessoas consideradas diferentes são excluídas da sociedade.

Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos (BAUMAN, 1998, p.27)

Cada sociedade produz esses estranhos porque cada uma cria os padrões a serem seguidos, e quando alguém foge a essa determinação social, se torna um “estranho”, causando uma dúvida nas certezas que todos tinham. Quando Simplício começa a falar dos defeitos das pessoas, quebra uma visão de sociedade perfeita que se criava e o pacto de silêncio estabelecido. Ao agir diferente do que os outros fazem, ele se torna um estranho e por isso as pessoas o determinam louco, e assim mais facilmente excluído.

Logo após, ao ser considerado louco e buscar ver a visão do futuro, quebra sua luneta e após alguns dias recebe uma nova do Armênio. Esta, porém, mostrava, após três minutos, a visão do bem, fazendo com que Simplício visse agora tudo ao contrário do que havia visto anteriormente: “Indispensavelmente a visão do mal tinha sido a visão do diabo, que me fizera ver o contrário da verdade, e caluniar os mais santos corações, e os caracteres mais puros e generosos” (MACEDO, 2012, p. 153). Passa então a acreditar que a antiga luneta era falsa e esta sim é verdadeira, mostrando assim como vai mudando de um “tutor” a outro, mas sempre sendo explorado, pela família, pelos amigos, pelas mulheres, e guiado pela luneta a ter um pensamento deturpado.

Poderíamos relacionar, aqui, as lunetas às instituições e setores de nossa sociedade, que acabam nos dando uma visão limitada da realidade. Um exemplo seria igrejas, através das quais muitas vezes passamos a acreditar cegamente em determinado discurso. O que acontece constantemente, nesses casos, é uma pessoa confiar fielmente no que escuta em uma religião e quando acontece de mudar para outra, passa a crer indistintamente nessa nova, esquecendo a anterior. Isso provém de uma visão sem criticidade do que é dito nesses lugares, que muitas vezes nos dão uma ótica reduzida dos fatos, a versão que lhes interessa para que sejamos “fiéis”. É o que discutimos na fundamentação do trabalho, com Foucault,

que essa visão incompleta dada por alguns setores da sociedade serve para moldar as pessoas da forma que melhor atende àqueles que estão no poder, sendo necessário uma criticidade durante o contato com tais instituições.

Ele até percebe problemas na luneta, mas não acredita que ela possa errar. Quando observa contradições da luneta, como por exemplo quando se deparou com uma situação na qual tanto os magistrados julgavam corretamente quanto os presos eram inocentes, procura desculpas para dizer que mesmo assim a luneta está certa: “Confesso que essa aparente contradição confundiu-me; porém a expliquei sem a quebra da confiança que deposito na visão do bem que tenho pela minha luneta mágica” (MACEDO, 2012, p.179). Isto ocorre porque ele não tem coragem de admitir que a luneta erre e de se rebelar contra ela, pois é mais cômodo viver à sua mercê, da mesma forma que temos a impressão de que ele reconhece as mazelas de sua família, mas não se desvencilha de seu condicionamento. Acontece justamente o que tanto Bauman quanto Kant afirmam, que ser livre requer coragem e nem todos querem isso, pois é mais fácil viver sendo guiado por um e outro.

Acreditando fielmente no que via, a visão do bem o leva, assim, ao profundo idealismo, no qual tudo que vê é perfeito, apresentando somente bondade. Assim, a visão do bem acaba fazendo com que acredite em todos. Essa credulidade indiscriminada fez com que as pessoas se aproveitassem dele, fato que quase o levou à falência. Tal acontecimento demonstra que ele está tão acostumado com a minoridade, que, quando surge uma oportunidade de tentar se gerir, não sabe como proceder.

Por conta deste idealismo exagerado, então, é considerado néscio “Serei eu realmente néscio ou idiota?” (MACEDO, 2012, p.199), o que o leva a tentar o suicídio, pois até a morte lhe parecia boa pela visão do bem: “Eu desejava, almejava morrer... Morrer era começar a viver... e a viver que vida de delícias!... Eu acabava de conceber a ideia, e de abraçar-me com a ideia do suicídio” (MACEDO, 2012, p.208).

As duas lunetas acabam levando-o para caminhos equivocados, uma fazendo com que fosse considerado louco, a outra levando-o ao suicídio, sendo ruins da mesma forma: “Pela visão do mal ou pela visão do bem, pelo ódio ou pelo amor da humanidade, pelo juízo mau a respeito de todos ou pelo juízo bom a respeito de todos, as duas lunetas mágicas levaram-me ao mesmo perigo, ao mesmo fim, à mesma calamidade.” (MACEDO, 2012, p. 194). Nas duas lunetas ele

pensa ter se tornado livre, mas acaba não sendo uma liberdade de verdade, e sim também manipulada pela visão da luneta e que o leva para fins trágicos “Falta decisão e coragem para aqueles que persistem na condição de menores. Simplício pensa conseguiu-las com a ajuda da luneta. Mas são decisão e coragem de empréstimo, postizas, visto que são conferidas pelo objeto mágico.” (SPERBER, 2003 p. 434)

Segundo Sperber, os fins aos quais as lunetas o levam são trágicos porque ele não usa de seu entendimento para “filtrar” o que estão lhe mostrando, não tendo um meio termo das coisas: “Como ele busca um absoluto enquanto parâmetro de valor, os relativos de que é feito o seu mundo lhe escapam, o atordoam ou ofendem.” (SPERBER, 2003, p434)

Percebemos, então, que até o final do livro, Simplício acaba não chegando à maioria, pois mesmo com a luneta do bom senso, que parece ser uma visão mais equilibrada que as outras, ainda está pensando sob influência de algo, não sendo assim totalmente independente. A luneta do bom senso seria um equilíbrio, sem que saibamos exatamente como esta atua e suas consequências, ficando por conta do leitor imaginar o que seria o “bom senso”: “A verdadeira narrativa é aquela que fica por conta da interpretação e da reflexão do leitor.” (QUEIROZ, 2011, p.138). Por mais que não tenhamos certeza do que seria o “meio termo” que devemos alcançar, sabemos que os extremos não são uma boa escolha. Conforme Armênio diz a Simplício, sempre seremos julgados, por um lado e outro “-Os homens te condenarão contraditoriamente, como republicano e áulico, excêntrico e tolo, ateu e fanático, imoral e hipócrita, presumido e estúpido, santilão e demônio” (MACEDO, 2012, p.223). Sendo assim, com a visão do bom senso, sofreríamos julgamentos da mesma forma, mas talvez estivéssemos tendo uma visão mais crítica da sociedade.

Algo importante a se considerar para a análise da influência das lunetas no romance é o que nos traz Sarmiento (2010), sobre a criação de instrumentos óticos no contexto em que a obra foi escrita. Segundo ele, havia na época um aumento na fabricação de objetos pela ciência, como óculos, agulhas, recipientes para misturas químicas, ampulhetas, anemômetro, barômetros, bússolas, entre outros, e alguém importante para isso foi José Maria dos Reis, o Sr. Reis, citado no romance:

Reis tornou-se figura de suma importância para o desenvolvimento de uma tecnologia brasileira, sobretudo na confecção de

instrumentos astronômicos, participando ativamente da vida política e social do Rio de Janeiro, então capital do Império, entre as décadas de 1860 e meados de 1870 (SARMIENTO, 2010, p.114)

Esses inventos causavam muita curiosidade, mas, ao mesmo tempo, certo medo, pois poucos entendiam exatamente do que se tratava, e era preciso, segundo Sarmiento (2010), mostrar essas tecnologias como algo lúdico, para aproximar a população; Reis era uma das pessoas que fazia isso, transformando ilusões óticas em divertimento familiar.

Podemos perceber esse estranhamento em relação às lunetas, no romance, desde a descrença inicial de Simplício no caminho para a casa do Reis, quanto na reação das pessoas às lunetas, que, como já exposto, não era boa. Além disso, o Reis acaba não conseguindo curar a miopia de Simplício, sendo necessário recorrer à magia do Armênio para isso, mostrando assim que a ciência traz progresso, mas não resolve tudo. Isto porque as questões de ordem moral não podem ser sanadas por ela, já que para isso as pessoas precisam estar preparadas, exigem muito mais de si do que dos outros e dos recursos tecnológicos. Todos precisam estar prontos para o progresso, ao contrário só serão conduzidos por ele e se tornarão, por vezes, massa de manobra.

Nessa visão, segundo Pavanello (2013):

Além disso, o Reis seria uma personificação da ciência, enquanto o Armênio representaria a magia, a fantasia – e, por extensão, a literatura, cuja finalidade, apregoada pelos romancistas da época, seria ensinar o leitor, trazendo-lhe, portanto, “lições”. Por conseguinte, seria função da literatura encorajar o bom-senso, simbolizado na terceira luneta ofertada a Simplício pelo Armênio – a qual, aliás, deveria ser ofertada “para uso dos membros do ministério e do governo do Brasil” (LM, p. 166), que careceriam dessa noção (PAVANELLO, 2013, p.128-129).

Essa teoria tem grande relevância se considerarmos o potencial crítico que tem a literatura, mostrando, assim, que não só a ciência tem poder e leva ao conhecimento, como também as artes são capazes de levar a isso, sempre porém, mediados por nosso senso crítico, com o fim de fugir dos extremos.

É exatamente essa a lição dada pelo Armênio a Simplício, no final da obra. Ele próprio intitula-se Lição e coloca o protagonista como Exemplo:



- Eu o conheço pelo armênio, o mais sábio dos mágicos, e sei que recebi na pia batismal o nome de Simplício.
- Erro duplo! Não há aqui armênio nem Simplício.
- Então como nos chamamos?
- Eu me chamo *Lição*.
- E eu?
- Tu te chamas *Exemplo* (MACEDO, 2012, p. 218).

A lição dada é fugir aos extremos, aos exageros. Ele diz que todas pessoas têm o bem e o mal dentro de si e que não podemos vê-las considerando somente um lado: “Estudar o mundo e os homens, observando-os pela enfezada lente do pessimismo é tão perigoso e falaz como estudá-los observando-os pelo imprudente prisma do otimismo” (MACEDO, 2012, p.219). Termina sua lição dizendo que “erraste pelo exclusivismo; porque o exclusivismo é o absurdo do absoluto no homem. Erraste pela exageração; porque exagerar é mentir” (MACEDO, 2012, p.221).

Temos, dessa forma, que a magia, e por extensão as artes, incluindo a literatura, estão para nos mostrar o quanto é perigoso ter uma visão que se pretende absoluta da realidade. Além disso, deve-se ter em mente que mesmo que mostrem algo a partir de uma ótica extremista, deve-se observar o que é dado de forma crítica e não de forma extrema, pois, segundo o mágico (e foi comprovado na história de Simplício), os extremos levam a desfechos trágicos.

Tal forma de ver, entretanto, deixa implícito também que está nas mãos de nós mesmos a total escolha de acreditar ou não no que nos é dado, colocando na razão a cura para a “miopia”, isto é, a liberdade. Essa visão, vista a partir das teorias sociais atuais, nas quais acredita-se que o indivíduo é moldado pela sociedade e sua liberdade, conseqüentemente, é cerceada por ela, poderia ser considerada utópica.

A palavra *utopia* (*u-topos*) tem como significado *não lugar*, e nasceu a partir do livro *Utopia*, de Tomas More, no qual o autor cria uma sociedade considerada ideal, em contraponto com a realidade da época. Entende-se assim que

a utopia é engendrada pelo que falta à realidade vivida para que possa satisfazer as expectativas em relação ao mundo em que nos é dado viver. Falta e ausência são, portanto, fatores constitutivos da utopia, o que fará também que seu conteúdo seja da ordem da imaginação, mas não da ordem da impossibilidade. Ficção e fantasia atuam, pois, no vazio da falta e da ausência dos predicados que são

desejados e desejáveis em relação à realidade vivida (SILVA, 2016, p.93)

Na época em que foi escrita a obra, acreditava-se que faltava à sociedade uma mediação, de forma a evitar os extremos que nos são mostrados e que a partir da razão poderíamos alcançar a liberdade. Hall (2011) concebe que essa crença na razão era uma característica do *sujeito do Iluminismo*, o qual

estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo (HALL, 2011, p.10-11)

Este tipo de sujeito fazia acreditar que a identidade era inata. Essa visão individualista sobre a o sujeito foi questionada pela noção de *sujeito sociológico* (HALL, 2011), na qual a identidade é formada na interação entre o indivíduo e a sociedade, e pelo conceito de *sujeito pós-moderno* (HALL, 2011), que concebia a identidade como instável, sujeita à história e à cultura. A concepção de sujeito no Iluminismo, dessa forma, se torna utópica à medida que coloca o uso da razão como constituinte do ser e saída para a liberdade, quando essa crença é também uma construção histórica, e, portanto, não essencial.

Szachi (1972), afirma que a utopia pode ser considerada como uma alternativa, e só é criada em sociedades nas quais se tem consciência de que a realidade pode ser diferente. Ele afirma, entretanto, que

Deve-se acrescentar, é óbvio, que não se trata de qualquer alternativa, mas daquela que se refere à totalidade da ordem humana. Não será utópico o alfaiate que propaga um corte de calças diferente do generalizadamente aceito. A menos que considere esta questão como condição necessária para a felicidade da humanidade (SZACHI, 1972, p.13)

A partir dessa visão, no entanto, a história de Simplício pode ainda ser considerada uma utopia, justamente por o Armênio colocá-lo como *exemplo*, e a visão do bom senso, uma espécie de meio termo que deve ser encontrado através

da razão e que é suscitada também pelas artes, o ideal a ser seguido pela sociedade.

A partir do exposto, podemos perceber que cada integrante da família de Simplício pode ser considerado a personificação de um âmbito da sociedade e que esta é o fator de condicionamento inicial na vida do jovem, que o fazia estar em um estágio de menoridade. Tal condicionamento foi produzido pelo discurso e intensificado com a presença das lunetas que, como algumas instituições fazem, acabam restringindo a visão do protagonista. Notou-se também a presença de discursos institucionalizados como verdadeiros, que se sobressaem nessa realidade, bem como a exclusão daqueles que não estão inseridos no padrão imposto.

Tudo isso, no entanto, segundo a ótica colocada na obra, tem uma solução, que estaria presente no próprio indivíduo e sua mediação racional diante do que lhe é dado. Apesar de estar imbuído em certa perspectiva iluminista, de crença na razão e no espírito individual, o romance, ao trazer a figura do Armênio, faz um contraponto a esta própria perspectiva, instaurando o terreno mágico no romance. De uma forma ou de outra, o romance tenta mostrar uma saída para o que podia ser melhorado na época, um exemplo a ser seguido, e por isso pode ser considerado como uma utopia.

### **3.2. MECANISMOS DE CONTROLE E ESTABILIDADE SOCIAL: PRIVAÇÃO DA LIBERDADE EM *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*.**

Aldous Leonard Huxley, nasceu em 26 de julho de 1894, na Inglaterra, em meio a uma família de classe média, que lhe deu uma boa educação. Era neto de Thomas H. Huxley, conhecido médico e zoólogo que defendia a teoria de Charles Darwin, e irmão de Julien Huxley, também conhecido biólogo. Esteve assim sempre imerso na ciência, o que justifica os conhecimentos de técnicas científicas presentes em sua obra, e só não seguiu por essa profissão por ter sido acometido por uma doença que lhe tirou a visão, só a recuperando parcialmente com o tempo. Passou, depois disso, a se dedicar à literatura e se graduou em língua inglesa em 1916. Morreu aos 72 anos, vítima de câncer de garganta.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis no artigo “Ficção científica e o Admirável mundo novo: previsões concretizadas no atual século e considerações bioéticas”, de Santos, Amorin Neto e Góes, disponível

No ano de 1932 lançou a obra Admirável Mundo Novo, conhecida por criticar regimes totalitaristas e o uso crescente de tecnologias como mecanismo de controle social. A narrativa se passa no ano de 632 depois de Ford (Henry ford é usado como referência para marcar o tempo), numa sociedade baseada no modelo fordista de produção, no qual cada “peça” (neste caso pessoa) tem sua função separadamente e juntas formam o total. Nela todas as pessoas são condicionadas biologicamente e socialmente a partir de processos como a Bokanovskização, a Hipnopedia e os comprimidos de Soma, uma espécie de droga cujo efeito é uma alegria artificial. A partir disso, todas as pessoas são moldadas de acordo com o interesse do estado para manter a estabilidade social, para isso são divididas em castas, cada uma com uma função na sociedade.

O enredo se dá partir de Bernard Marx, um Alfa que trabalhava no departamento de psicologia do Centro de Incubação e Condicionamento de Londres Central, mas que não estava satisfeito com o condicionamento ao qual estava submetido, o que era totalmente inaceitável nesse contexto. Ele resolve então ir a uma reserva histórica, espécie de reserva indígena dos dias atuais, onde se preservam os costumes “selvagens” do passado (que no caso era a época em que o livro foi escrito), como por exemplo casar e ter filhos, o que era um absurdo para eles. Bernard encontra nesse local uma mulher da civilização e seu filho, John (que acabava misturando costumes dos dois povos) e os leva para a sociedade civilizada, a fim de conquistar respeito através da exposição desse “espécime”.

Cria-se, porém, um conflito entre a sociedade fordista e o comportamento de John, visto como uma aberração e ao mesmo tempo com curiosidade, e com Bernard, que propunha mudanças na ordem social vigente, a partir das considerações feitas sobre “o selvagem”. Tal conflito tem como vencedora a sociedade, que manda o psicólogo e seu amigo Helmholtz para ilhas distantes, enquanto John, pressionado e oprimido pela sociedade, se suicida.

A obra foi escrita no período pós primeira guerra mundial, no qual já se sentia a iminência da segunda, agora permeada pelo avanço científico. Segundo Silva (2016):

*Admirável mundo novo* foi publicado em 1932, um momento em que a Europa, invadida por uma estranha letargia, recusava-se a tomar consciência do que se passava na Alemanha, isto é, dos fenômenos que poderiam ser agrupados sob a expressão literária *ovo da serpente*. O nazismo é, também, um fenômeno explicável por via do progresso da tecnologia material – suas novas possibilidades bélicas – e por outra faceta da tecnologia, a administração da vida (SILVA, 2016, p.99)

Tal situação, de acordo com o autor, é proveniente também do avanço do conhecimento científico. O romance de Huxley estaria então voltado para essa realidade, na qual o domínio tecnológico permitiria um controle das pessoas de acordo com a manutenção do próprio sistema.

Além disso, segundo Hilário (2013), as promessas feitas pelo Iluminismo, de conhecimento, aperfeiçoamento moral e emancipação política, não foram realizadas. O pensamento de que a partir de si e do uso da razão a sociedade alcançaria paz e liberdade acabou não se concretizando, causando uma espécie de descrença no futuro, objeto criativo das distopias. Para ele, “o objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, as quais iluminam completamente o presente na mesma medida em que ofuscam o futuro” (HILÁRIO, 2013, p.205).

Tal concepção coaduna com os estudos de Silva (2016) sobre as distopias. Para o autor, “a diferença entre utopia e distopia tem muito a ver com o contexto histórico em que ambas são produzidas” (SILVA, 2016, p.96). Isso porque, segundo sua teoria, as distopias seriam provenientes de um momento em que os meios ideológicos e tecnológicos atribuiriam à realidade uma *irreversibilidade*. Assim, nesse tipo de narrativa, haveria o que o autor chama de *totalização*:

A realidade atual se constitui de modo tal que a única possibilidade de mudança está no reforço das características já existentes, de modo que já não seria possível pensar numa modificação significativa da *experiência*, isto é, na trajetória de vida que se possa esperar (SILVA, 2016, p.96)

Desse modo, as primeiras distopias seriam provenientes de uma visão mais crítica da realidade, advinda da problematização e descrença dos princípios do Esclarecimento, realizando uma espécie de “aviso de incêndio” (HILÁRIO, 2013, p.202).

Essas tendências, como vimos, estavam ligadas ao crescente avanço científico e ao medo de que a ciência fosse utilizada para o controle dos próprios indivíduos, criando estados totalitários, como o retratado na obra.

Podemos enquadrar a sociedade retratada como um estado totalitário, ao passo em que há um domínio total das pessoas pelo estado, de forma a tirar a liberdade de as pessoas de expressarem contra o regime no poder.

Hannah Arendt (1989) defende que a propaganda é algo de extrema importância para os estados totalitários, bem como o terror também exerce seu papel, principalmente nos estágios iniciais.

Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias (ARENDR, 1989, p. 390).

A autora defende que o terror é utilizado principalmente no período em que se está conquistando aquele estado, no momento da tomada de poder. Isto pode ser observado em Admirável Mundo Novo quando Mustafá Mond, ao conversar com alguns estudantes, conta que houve uma guerra chamada “Guerra dos Nove Anos”, na qual, segundo dá a entender, eram usados artifícios científicos contra os inimigos:

CH<sup>3</sup> C<sup>3</sup> H<sup>3</sup> (NO<sup>3</sup>)<sup>3</sup> + Hg (CNO)<sup>3</sup> = o que, em suma? Um enorme buraco no chão, uma montoeira de paredes, alguns fragmentos de carne e muco, um pé ainda calçado voando no ar e caindo no meio dos gerândios – dos gerândios escarlates; que espetáculo esplêndido naquele verão! (HUXLEY, 2014, p. 70).

Ele cita também a morte de oitocentos “adeptos da Vida Simples” (HUXLEY, 2014, p. 72) por metralhadoras, e massacres a “entusiasmados da cultura”, todos aqueles que se opunham ao regime que estava sendo implantado.

Arendt (1989) afirma também, entretanto, que “a organização e a propaganda, e não o terror e a propaganda, são duas faces da mesma moeda” (ARENDR, 1989, p. 414), o que mostra que a organização é de suma importância para a implementação e manutenção do totalitarismo. Isso, segundo a fala de

Mustafá Mond, é percebido pelos Administradores da sociedade da obra: “- No fim – disse Mustafá Mond – os Administradores compreenderam a ineficácia da violência. Os métodos mais lentos, porém infinitamente mais seguros, da ectogênese, do condicionamento neopavloviano e da hipnopedia...” (HUXLEY, 2014, p. 73). Dessa forma, na sociedade retratada, houve violência nos estágios iniciais, mas isso não foi decisivo para a implementação do estado totalitário, e sim métodos de condicionamento que demonstraremos ao longo de nossa análise. A utilização de tais métodos em detrimento da violência faz com que por vezes pareça não ser um estado totalitário, porque as pessoas passam realmente a acreditar que está tudo bem, a opressão é menos aparente do que quando se emprega a violência.

Quanto à total dominação das pessoas na sociedade, Arendt(1989) afirma que

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações (ARENDR, 1989, p. 488)

Essa experiência, segundo a autora, só é possível em campos de concentração. Em Admirável Mundo Novo não há campos de concentração, mas existe unificação, que reduz as individualidades para criar uma sociedade una, e inclusive mais fácil de controlar, isso porque é um modelo social baseado nessa ideia de separação do mundo exterior.

Esse sentimento de redução de identidades em favor da sociedade está muito presente na obra, pois tudo é realizado para a manutenção da ordem vigente. Durante a mesma conversa citada anteriormente com os estudantes o D.I.C. (Diretor de Incubação e Condicionamento) comenta que o condicionamento é feito de uma forma:

- Até que, finalmente, o espírito da criança *seja* essas coisas sugeridas, e que a soma dessas sugestões *seja* o espírito da criança. E não somente o espírito da criança. Mas também do adulto, para toda a vida. O espírito que julga, e deseja, e decide, constituído por aquelas coisas sugeridas. Mas todas essas coisas sugeridas são aquelas que nós sugerimos, *nós!* – O Diretor quase gritou, em seu triunfo. – Que o Estado sugere. – Bateu com a mão na mesa mais próxima. – Daí segue-se que... (HUXLEY, 2014, p. 49).

Percebe-se que tudo que as pessoas são é sugerido pelo Estado, e fica claro durante a narrativa que essas escolhas não são para o bem de cada indivíduo e sim para que elas trabalhem em favor do Estado. Tal perspectiva é defendida em diversos momentos na narrativa, pois os personagens sempre dizem que todos têm de estar felizes, não podem amar, dentre outros comportamentos que tinham de fazer, para manter a ordem social, por esse ser também, para eles, o bem individual. Tal pensamento é bem parecido com a ideia de Contrato Social defendida por Rousseau, através do qual as pessoas abdicariam de sua liberdade individual pelo bem da sociedade. A diferença, entretanto, é que Rousseau acredita que essa renúncia tem de ser da vontade de cada pessoa, enquanto na obra tal abnegação seria compulsória, causada pelos mecanismos de coerção empregados sobre elas.

Observamos, dessa forma, que a sociedade em questão não pode ser enquadrada perfeitamente no que geralmente conhecemos como um estado totalitário, pois, como citado anteriormente, o controle biológico faz com que o uso da força seja menos necessário e as pessoas, em sua maioria, tenham uma sensação de liberdade. Agamben (2002) cita que essa é a lacuna da teoria de Arendt, pois ela desconsidera a influência da biopolítica nos estados totalitários e defende que “somente porque em nosso tempo a política se tornou integralmente biopolítica, ela pôde constituir-se em uma proporção antes desconhecida como política totalitária” (AGAMBEN, 2002, p. 126).

Agamben compreende biopolítica no sentido empreendido por Foucault, de que seria quando o governo utiliza mecanismos biológicos dos sujeitos para gerir seu poder, ou seja, os corpos passam a ser um mecanismo para a manutenção do poder. Encontramos identificação com a sociedade de *Admirável Mundo Novo*, pelo controle biológico existente, através de diversos mecanismos, os quais comentaremos alguns a partir de agora.

Logo na primeira página temos a descrição do Centro de Incubação de Condicionamento de Londres Central, em que são fecundados e decantados os embriões. Já começamos aqui a ter ideia do controle biológico, já que mais à frente é dito que não havia gravidez, as pessoas eram geradas biologicamente e isso faz com que se possa controlar o que elas serão, pois no processo de decantação eles fazem interferências nos genes dos indivíduos:



- Ele está diminuindo o número de giros por segundo – explicou o sr. Foster. – O pseudossangue circula mais devagar; por conseguinte, passa pelos pulmões a intervalos mais longos; portanto, fornece menos oxigênio ao embrião. Nada como a escassez de oxigênio para manter um embrião abaixo do normal. – De novo esfregou as mãos (HUXLEY, 2014, p. 33)

A partir dessas modificações, podem separar os indivíduos em castas e projetá-los para desempenhar na sociedade determinado trabalho:

- Nós também predestinamos e condicionamos. Decantamos nossos bebês sob forma de seres vivos socializados, sob a forma de Alfas ou de Ípsilons, de futuros carregadores ou de futuros... – ia dizer “futuros Administradores Mundiais”, mas corrigindo-se, completou: - futuros Diretores de Incubação” (HUXLEY, 2014, p. 33)

Essa divisão social por castas produz uma geração maior de lucros. Estas castas são diferenciadas pela cor da roupa, para que todos saibam, ao olhar, a qual a pessoa pertence. Tal mecanismo é o mesmo que, segundo Foucault (2014b), era utilizado para classificar os alunos na Escola Militar e assim deixar visível a todos tal diferenciação.

Para o condicionamento dessas pessoas, o Estado utiliza mecanismos como o Processo Bokanovsky e a Hipnopedia. O primeiro consiste em dividir um embrião em vários para otimizar tanto o processo quanto criar pessoas iguais, como peças de uma máquina.

- Ao Processo Bokanovsky – repetiu o Diretor, e os estudantes sublinharam essas palavras em seus cadernos. Um ovo bokanovskizado tem a propriedade de germinar, proliferar, dividir-se: de oito a noventa e seis germes, e cada um destes se tornará um embrião perfeitamente formado, e cada embrião, um adulto completo. Assim se consegue fazer crescer noventa e seis seres humanos em um lugar só, como no passado. Progresso.

- A bokanovskização – disse o D.I.C, para concluir – consiste essencialmente numa série de interrupções do desenvolvimento. Nós detemos o crescimento normal e , paradoxalmente, o ovo reage germinando em múltiplos brotos (HUXLEY, 2014, p. 24).

A vantagem desse processo, como veremos adiante, é fazer com que gêmeos idênticos operem máquinas idênticas, aumentando a produção. Como citado anteriormente, as pessoas se tornam uma espécie de peça da máquina social, usadas em favor da estabilidade do Estado, que defende ser esta a

estabilidade também dos cidadãos. Segundo Foucault (2014b), o maior objetivo do controle social, transformar os sujeitos em corpos dóceis, numa relação de “docilidade-utilidade”, através das disciplinas, manipulá-los para melhor utilizá-los exaustivamente. Esse mecanismo é chamado por Foucault (2014b) de “composição das forças”, através do qual se movimentam os corpos para que se articulem com os outros, aumentando a eficiência do todo. Essa articulação no romance, tem o fim de as pessoas serem modificadas geneticamente para serem iguais, não existindo preocupação com coordenar as singularidades de cada um.

Enquanto isso, a Hipnopedia, processo de ensino através do sono, é usado principalmente para transmitir valores morais. Consiste em repetir diversas vezes um pequeno texto durante o sono, para que a criança absorva e internalize aquela ideia.

Mas o condicionamento sem palavras é grosseiro e genérico; é incapaz de fazer apreender as distinções mais sutis, de inculcar as formas de comportamento mais complexas. Para isso é preciso palavras, mas palavras sem explicação racional. Em suma, hipnopedia.

- A maior força moralizadora e socializante de todos os tempos (HUXLEY, 2014, p. 49)

Nota-se aqui a importância da palavra nesse processo, o que podemos chamar, segundo os termos de Foucault (2014a), de controle pelo discurso. Eles são condicionados desde a infância através de discursos dados como verdadeiros e internalizamos sem questioná-los. Com isso, ocorre o processo que Foucault (2014a) chama de “oposição do verdadeiro e do falso”. As pessoas acreditam no que lhes é dito desde criança e isto facilita a manutenção do condicionamento, pois um polígrafo o outro no dia a dia, por acreditar que tudo que se desvie da verdade social aprendida desde a infância é considerado errado e passível de punição.

Todos esses mecanismos são usados para que a pessoa faça seu trabalho com “excelência e amor” e não ameace a estabilidade social: “- E esse – interveio sentenciosamente o Diretor – é o segredo da felicidade e da virtude: amarmos o que somos *obrigados* a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar” (HUXLEY, 2014, p.36).

Não é segredo que existe esse condicionamento, as pessoas têm consciência dele, pois nada é realizado às escondidas; tal predestinação é

concebida de tal forma que, mesmo sabendo, continuam amando o que são e o que fazem, pois é só dessa forma que sabem viver. Além disso, como foi discutido na fundamentação, a liberdade pode causar certa angústia, pois temos que gerir nossas vidas a partir de nossas escolhas. Essa percepção é muito citada durante a obra, defendida com o argumento de que esse condicionamento diminuiu os conflitos das pessoas, pois elas não têm de se preocupar em decidir quem são, isso já lhe é dado, melhor, imposto, sem que tenha trabalho para seguir aquilo que lhe é “predestinado”.

Entretanto, há aqueles que fogem à regra e não amam o destino imposto. É o caso de Bernard Marx, psicólogo do Centro de Incubação. Logo da primeira vez que ele aparece na narrativa é mostrado o tratamento ostensivo dado a ele por Henry Foster e o Diretor-Adjunto de Predestinação, que lhes dão as costas no elevador, isto porque, descobrimos adiante, ele não se encaixa nos padrões da sociedade, tanto fisicamente quanto por seu comportamento. Ele é descrito da seguinte maneira:

Porque, fosse qual fosse a causa (e era bem possível que os rumores a respeito do álcool em seu pseudossangue tivessem fundamento – pois, apesar de tudo, acidentes como esse aconteciam), o físico de Bernard não era muito melhor que o de um Gama típico. Ele era oito centímetros menor do que a estatura normal dos Alfas e era proporcionalmente delgado (HUXLEY, 2014, p. 89).

Essa diferença física lhe causava grande angústia, pois a massa corporal era associada à superioridade social, fazendo com que ele tivesse que mostrar que merecia respeito, como quando destrata homens de uma casta inferior, para manter a superioridade sobre eles. Essa diferença faz com que Bernard seja diferenciado e afastado do convívio social pelas outras pessoas: “A insuficiência óssea e muscular tinha isolado Bernard de seus semelhantes, e o sentimento de ser um indivíduo à parte era considerado, segundo os padrões correntes, um excesso mental, o qual, por sua vez, provocava um afastamento mais acentuado” (HUXLEY, 2014, p. 91). Ele tinha uma diferença e a consciência dessa diferença fazia com que ela se acentuasse, pois as pessoas não podem se diferenciar da sociedade, já que, como dito anteriormente, precisam delas trabalhando juntas para ter uma eficiência maior.

A consciência de individualidade ocorre também com seu amigo Helmholtz Watson, que é escritor, mas não escreve o que quer (sobre seus sentimentos), porque seu condicionamento o impede de fazê-lo. Percebemos assim que há mais pessoas na sociedade que se sentem diferentes, mas nem todas se destacam como Bernard, que, de certa forma, problematiza o sistema vigente.

Bernard não tem medo de dizer que não está contente com as suas limitações. Em uma conversa com Lenina, por exemplo, diz que queria “ser mais eu”, ter a sensação “de agir mais por mim mesmo, e não tão completamente como parte de alguma outra coisa. De não ser simplesmente uma célula do corpo social” (HUXLEY, 2014, p.117). Observamos aqui que se quebra a semelhança com o Contrato Social de Rousseau, pois para o autor ele tem de ser aceito por todas as partes, e na sociedade da obra isso não acontece, não há uma concordância consciente e há pessoas que não querem se encaixar nesse “pacto”.

Ele quer saber como seria agir, pensar e sentir por si, quer sentir com intensidade e seu condicionamento não deixa, pois sentir, para uma sociedade totalmente controlada, é um perigo, já que faz com que as pessoas ajam por impulso. Tal sentimento se intensifica quando vai para a Reserva e conhece John, pois, ali, percebe que existe uma outra forma de viver.

O problema é que a sociedade não aceitava mudanças e qualquer pessoa que sugerisse isso seria vista com maus olhos. Percebemos isso, primeiramente, quando Bernard escreve um relatório para Mustafá Mond, propondo alterações na sociedade, de acordo com o modo de vida de John. O administrador acha isso absurdo e chega a considerar que o rapaz estaria louco: “A irritação de Mustafá Mond cedeu lugar quase imediatamente ao riso. A ideia de aquela criatura vir fazer-lhe – a *e/e* – uma preleção solene sobre a ordem social era verdadeiramente grotesca demais. O homem devia ter enlouquecido” (HUXLEY, 2014, p.193). Essa passagem se assemelha ao que acontece com Simplício, pois, para deslegitimar o que Bernard está falando, não chegar nem a considerar o que ele diz, prefere considerá-lo louco, porque são inadmissíveis mudanças nessa sociedade.

Bernard, juntamente com Helmholtz (este por escrever sobre sentimentos), é mandado para uma ilha, como castigo por ter levado John até a civilização, para, a partir de um estudo sobre ele, demonstrar que era possível viver com outra organização social. Além disso, o exílio também se deve ao seu “mau comportamento”, por não seguir as regras impostas pela sociedade, como ter

relacionamento com várias pessoas, desejar sentimentos intensos e não tomar soma para controlar os emoções negativas. As ilhas eram um lugar distante, para que os punidos não tivessem contato e não influenciassem aqueles que estavam em pleno condicionamento.

Vai ser mandado para uma ilha, isto é, para um lugar onde conhecerá o mais interessante conjunto de homens e mulheres existentes em qualquer parte do mundo. Todas as pessoas que, por esta ou aquela razão, adquiriram demasiada consciência de sua individualidade para poderem adaptar-se à vida comunitária; todas as pessoas a quem a ortodoxia não satisfaz, que têm ideias próprias e independentes; todos aqueles, numa palavra, que são alguém (HUXLEY, 2014, p. 272).

É importante notar que ele próprio diz que são mandadas para lá pessoas que têm “ideias próprias”, aquelas que “são alguém”, e que aqueles que agem não podem ficar junto deles, para que não “atrapalhem” a ordem vigente na sociedade. Na sequência, o Administrador diz que é sorte existir essa ilha, pois ao contrário “seríamos obrigados a metê-los todos na câmara de gás, suponho” (HUXLEY, 2014, p. 274). Isso mostra que de uma forma ou de outra essas pessoas seriam excluídas, banidas da sociedade, pois o diferente não é aceito em estados totalitários. O fato de excluir o diferente se relaciona com a “anulação dos estranhos” citada por Bauman (1998), da mesma forma que ocorre com Simplício em *A Luneta Mágica*.

Ocorre a anulação dos estranhos também com John. Ele é filho de pessoas da civilização e foi criado por sua mãe em uma aldeia, além de que gostava muito de ler Shakespeare, que lhe influenciava muito, causando uma mistura cultural em sua personalidade. Isto se evidencia já por sua aparência: “o vestuário do jovem que apareceu nesse momento, no terraço, era o de um índio; mas seus cabelos trançados eram cor de palha, tinha os olhos azul-claros, sua pele era branca, bronzeada” (HUXLEY, 2014, p.144). Essa mistura faz com que não seja o padrão aceito na civilização, mas também o tornou propício a ter sido sempre tratado mal na aldeia, bem como também sua mãe, por não seguir os costumes desse povo.

A questão de excluir o diferente acontece nas mais diversas culturas e não só na civilização “fordista”; nesta só aparece com mais força por ela ter meios mais eficazes de excluir estas pessoas. Essa questão do diferente se evidencia quando, numa conversa com Bernard, John conta como era excluído dos rituais da aldeia e que se sentia só, obtendo conhecimento de que Bernard também se sentia assim,

mesmo sendo da civilização. A partir disso conclui: “Se uma pessoa é diferente, é fatal que se torne solitária. A gente é tratado de um modo abominável” (HUXLEY, 2014, p. 168).

É isso que lhe acontece, ele é excluído na aldeia por ser filho de pessoas da civilização e acha que talvez indo para a cidade seria diferente. Mas isso não ocorre, pois, por mais que não se encaixasse na aldeia, também não correspondia ao padrão criado pela *decantação*. Dessa maneira, esse meio termo no qual vivia fazia com que não se enquadrasse em nenhum dos dois povos. Percebe que a realidade na cidade não era como imaginava e os sentimentos os quais tanto prezava não existiam ali, ficando horrorizado com isso. Mesmo que tentem lhe explicar as “vantagens” de viver na civilização, discorda dessa percepção, pois o ideal tido por ele é proveniente da visão shakesperiana, de luta e sofrimento como forma de dignificação. Vê-se aqui que não só as sociedades condicionam, mas os bens culturais, quando vistos como únicos, também têm esse papel:

Livraram-se deles. Sim, é bem o modo de os senhores procederem. Livrar-se de tudo o que é desagradável, em vez de aprender a suportá-lo. É mais nobre para a alma sofrer os açoites do azar e as flechas da fortuna adversa, ou pegar em armas contra um oceano de desgraças e, fazendo-lhes frente, destruí-las... Mas os senhores não fazem nem uma coisa nem outra. Não sofrem e não enfrentam. Suprimem, simplesmente, as pedras e as flexas. É fácil demais. (HUXLEY, 2014, p.284)

É com essa visão que ele se opõe ao condicionamento, inclusive tentando atrapalhar a distribuição de soma a gêmeos bokanovsky que estavam saindo do trabalho, pois acreditava que eles precisavam se libertar. Apesar disso, não é mandado embora, como Bernard, porque seu discurso era deslegitimado, por ele não fazer parte daquele lugar. Ele representa o estrangeiro, que é visto com curiosidade, mas que não tem voz dentro da sociedade, que não é totalmente inserido nela. Este é um processo chamado por Foucault (2014a) de *Separação e Rejeição*, visto que em sociedade que controla o discurso, quando algumas pessoas tentam falar, são excluídas e deslegitimadas.

Percebendo, entretanto, que não conseguiria mudar essa situação, mas que também não teria como viver ali, foge para o meio da mata com o intuito de ficar só e fugir da civilização. Porém, algumas pessoas, vendo John em um dos rituais de

autoflagelo aprendido na aldeia, tornam isso um espetáculo, participando daquilo, à sua maneira:

- Oh! A carne! – o Selvagem rangeu os dentes. Dessa vez foi sobre seus próprios ombros que se abateu o chicote. – Mata! Mata! Atraídos pela fascinação do horror do sofrimento e, interiormente, impelidos pelo hábito da ação em comum, pelo desejo de unanimidade e comunhão, que o condicionamento neles implantara de forma tão indelével, os curiosos puseram-se a imitar o frenesi dos gestos do Selvagem, batendo uns nos outros, enquanto ele fustigava sua própria carne rebelde, ou aquela encarnação roliça da torpeza que se contorcia nas urzes a seus pés (HUXLEY, 2014, p. 305).

Em seguida, as pessoas começam a cantar “Orgião-espadão!” e assim tornam tal ritual em algo já conhecido para eles, a cerimônia de solidariedade. A civilização, dessa forma, tenta de todas as formas incorporá-lo, moldando as tradições dele às suas. Esse processo, assim como acontece com Bernard, pode ser considerado o que Bauman (1998) nomeia de “anulação dos estranhos”, explicada anteriormente. O estudioso afirma que existem duas técnicas para a anulação dos estranhos, que eram as seguintes:

Uma era a *antropofágica*: aniquilar os estranhos *devorando-os* e depois, metabolicamente, transformando-os num tecido indistinguível do que já havia. Era esta a estratégia da *assimilação*: tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais e linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova que tudo abarca; promover e reforçar uma medida, e só uma, para a conformidade. A outra estratégia era *antropoêmica*: *vomit* os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro (BAUMAN, 1998, p. 28-29).

Bernard teria sido excluído, assim, através da estratégia antropoêmica, que impede o contato do estranho com o mundo que se quer preservar, enquanto John foi excluído pela técnica antropofágica, já que esta insere o indivíduo na sociedade, transformando seus traços culturais na cultura vigente nela. No entanto, esse processo não se conclui com John, pois este se suicida, preferindo morrer a ser incorporado à civilização.

Percebe-se então que não há como vencer o condicionamento dessa sociedade, pois ela sempre encontra meios para reprimir as pessoas e quando não consegue as exclui. Isto porque é esse condicionamento que a sustenta, que dá

estabilidade para que tudo seja e permaneça como é. Além disso, o fato de esse condicionamento ser tão forte e de se excluírem aqueles que fogem dele é o que dá a impressão, em certos momentos, de que não há uma privação da liberdade. Essas pessoas, por exemplo, têm uma liberdade sexual muito grande e parecem sempre felizes com o que têm e são.

O que nos faz perceber essa privação é justamente quando olhamos para pessoas como Bernard e Hermhotz, além do estrangeiro John, pois a privação de liberdade está na falta de escolha que eles têm. Como dito durante o texto, por vezes não percebemos que não somos livres, principalmente quando estamos seguindo o fluxo da massa. Porém, quando não estamos mais satisfeitos em seguir esse caminho é que percebemos nosso condicionamento e o quanto somos coagidos no corpo social. Através dessas exceções, enxergamos o que realmente acontece nessa sociedade, pois sem que elas sejam vistas, todos aparentam felicidade e liberdade.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre liberdade não são recentes. Pudemos observar em nosso trabalho que não há um consenso entre os pesquisadores sobre o que seria a liberdade e como chegar a ela. A partir dessa constatação, fizemos uma breve apresentação das principais teorias sobre o tema. Mostramos que, segundo Chauí (2010), existem três linhas de pensamento sobre liberdade: a primeira, iniciada por Aristóteles, que acreditava que a liberdade seria incondicionada; a segunda, dos Estóicos, a partir da qual liberdade seria agir de acordo com o todo; e a dos pensadores marxistas e existencialistas, que defendiam que há condicionamentos e que temos de escolher entre alternativas possíveis, estando aí a liberdade.

Observamos também algumas teorias necessárias para nosso trabalho, como a de Kant (1985), e seu conceito de *Menoridade*; de Rousseau (2013), sobre o *Contrato Social*; e Bauman (1998; 2001), que discute se haveria uma necessidade de libertação, introduzindo a discussão sobre querer ou não ser livre. Apresentamos também a teoria de Foucault (2014a; 2014b), demonstrando alguns mecanismos de condicionamento que o autor indica, tanto em relação ao discurso quanto ao mecanismo de *docilidade* dos corpos.

A partir do referencial teórico apresentado, analisamos as obras *A Luneta Mágica* e *Admirável Mundo Novo*. Na primeira, pudemos constatar que o personagem Simplício busca a sua liberdade através das diferentes lunetas que possui ao longo da narrativa. Esses objetos, entretanto, lhe dão uma visão parcial de tudo, promovendo, mais um modo de coerção. O personagem traça uma trajetória em busca de libertação, mas sempre está sujeito a algo que lhe condiciona, sofrendo sempre castrações e silenciamentos, como por exemplo ser considerado louco. Observamos também que, ao final, a obra deixa-nos uma espécie de *lição*, a partir da qual a saída para a liberdade estaria no uso da razão, visão concebida pelos preceitos iluministas com a qual estava imbuída e que nos fez considerar a obra uma espécie de utopia.

A partir da análise de *Admirável Mundo Novo*, por sua vez, pudemos constatar que o fato de se tratar de uma distopia e de se inserir em um contexto totalitário, contribuiu para uma visão menos utópica da liberdade. Fizemos uma análise da sociedade representada, observando que esta tem fortes traços do que Rousseau defendia como um contrato social, mas que, ao contrário do que o autor

idealizava, as pessoas não aderem a esse contrato por vontade própria. Demonstramos, então, alguns mecanismos que controlam os indivíduos transformando-os em verdadeiros *corpos dóceis*. Mostramos, entretanto, que essa sociedade, apesar de aparentemente deixar todos livres, entra em conflito com seus cidadãos à medida que estes passam a não aceitar mais o sistema vigente, como acontece com Bernard e Jonh. É exatamente isso que demonstra a privação de liberdade na sociedade representada.

Nas duas obras, há um forte conflito entre as sociedades representadas nas das narrativas e alguns indivíduos que as compõem, e, nesse embate, podemos observar a privação da liberdade. Um conceito muito importante para entender esse processo foi o de *anulação dos estranhos*, proposto por Bauman (1998), pois sempre que os indivíduos iam contra a ordem vigente, nas duas obras, eram excluídos de alguma forma na sociedade. Além disso, podemos considerar que são representativas do pensamento sobre liberdade da época em que cada uma foi escrita, isto porque *A Luneta Mágica* reflete os preceitos de busca da liberdade através da razão, provenientes do Iluminismo, enquanto *Admirável Mundo Novo* reflete o pessimismo advindo de uma época de forte iminência totalitária.

Os pensamentos sobre liberdade são modificados ao longo do tempo e de acordo com os movimentos sociais existentes em cada época. Além disso, observa-se que a literatura reflete essas mudanças de concepção, estando as obras imbuídas nos pensamentos vigentes. Ademais, é necessário sempre retomarmos os pensamentos sobre liberdade, a fim de observarmos criticamente o período no qual estamos inseridos, quais os pensamentos sobre liberdade correntes, bem como identificar os mecanismos coercitivos que nos cercam, observando o quão estes estão imbricados nas mais diversas sociedades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.339-531.

BAUMAN, Zygmunt. A criação e anulação dos estranhos. In: BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama, Cláudia Matinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 14 ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa* dicionário. Coordenação de edição Marina Baird Ferreira. Equipe de lexicologia Margarida dos Anjos. 7 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 7-22.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. *Anuário de Literatura UFSC*, Florianópolis, v.18, n.2, 2013. p. 201-215.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22 ed. São Paulo: Globo, 2014.

KANT, I. Resposta à pergunta: Que é <<Esclarecimento>>? [<<Aufklärung>>]. Immanuel Kant. p. 100-117. In: BUZZI, Arcângelo R.; BOFF, Leonardo (org). *Immanuel Kant: textos seletos*. Edição bilingue. Rio de Janeiro: Vozes, 2 edição, 1985.

MACEDO, J.M. de. *A luneta mágica*. São Paulo: Martin Claret, 2.ed, 2012.

PAVANELLO, Luciene Marie. *Camilo Castelo Branco e Joaquim Manuel de Macedo: convergências na ascensão do romance nas periferias do capitalismo*. Luciene Marie Pavanello. São Paulo, 2013.

QUEIROZ, P.R.M. O conceito de liberdade em Aristoteles e no existencialismo de Sartre. *Revista de Magistro de Filosofia: Anápolis*. Ano IV, n.6, 2011. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/O-CONCEITO-LIBERDADE-EM-ARISTOC3%93TELE.pdf> Acesso em 25/08/2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução Ana Resende. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SARMIENTO, Guilherme. Lunetas mágicas – traduções óticas em Macedo e Alencar. *Revista A Cor das Letras UEFS, Feira de Santana*, n.11, 2010.

SARTRE, JEAN-PAUL. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Rita Correia Guedes. Paris, 1970. Disponível em [http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/1/4529/sartre\\_exitencialismo\\_humanismo.pdf](http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/1/4529/sartre_exitencialismo_humanismo.pdf) Acesso em 29/04/2019.

SILVA, Franklin Leopoldo e. História e utopia. In: NOVAES, Adauto (org). *Mutações: o novo espírito utópico*. São Paulo: Edições Sesc, 2016, p. 93-113.

SPERBER, Suzi Frankl. *Joaquim Manoel de Macedo e a noção de liberdade*. Scripta: Belo Horizonte. V. 6, n. 12, p. 429-439, 1o sem. 2003.

SZACHI, Jerzy. O conceito de utopia. In: *As utopias*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1972 – p. 1-18.

ZATTI, Vicente. O contexto filosófico do Iluminismo e a centralidade da autonomia na filosofia prática de Kant. In: *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.